

Degração da Audiência Pública de Apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Parcelamento de Solo Urbano Centro Urbano do Tororó

Legenda:

(hh:mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho não compreendido.

*(!): dúvida na transcrição exata da fala

(f): vozes ao fundo

Expressão(?): dúvida no entendimento escrito

Nathália Almeida (00:24)

Boa noite a todas e todos. Sejam muito bem-vindos à audiência pública de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento Centro Urbano Tororó. Em nome do Brasília Ambiental, em nome do presidente Roney Nemer, dou as boas-vindas a todos e agradeço desde já a presença de cada um. É sempre muito importante a participação da comunidade que está envolvida diretamente, indiretamente, com os empreendimentos que nos são apresentados e que chegam lá no Brasília Ambiental. Além de dar essas boas-vindas e agradecer, gostaria de deixá-los bastante à vontade para que no momento oportuno façam as perguntas e façam as contribuições, aquelas que acharem necessárias. Tá bom? E, nesse momento, vou me apresentar, sou Nathália Almeida, vou presidir essa audiência hoje, sou servidora do Brasília Ambiental, estou Superintendente de Licenciamento. É a superintendência que faz a análise dos processos de licenciamento ambiental do DF. Então, esse projeto já está conosco para avaliação e ao longo da nossa fala, vocês vão conhecer um pouco de como funciona o processo e na apresentação que o consórcio fará aqui para nós, nessa noite, vocês vão conhecer melhor os estudos ambientais que foram elaborados e, enfim, os detalhes um pouco mais aprimorados aí desse projeto, tá bom? Então eu gostaria aqui de chamar para compor a mesa comigo o Albatênio Granja aqui é o representante da TERRACAP, já está aqui do meu lado, junto com o Nelson, também representante da TERRACAP. Gostaria de chamar aqui o Christian, que é o representante do consórcio INFRA-TORORÓ vai fazer a nossa apresentação logo mais. Ainda temos pessoas que vão compor a mesa aqui para chegar e aí na medida que elas chegarem, eu já vou... até pessoal, para já orientar o pessoal, tomar assento aqui, não precisar fazer a apresentação e num momento de intervalo a gente volta a fazer essa passada de apresentações aqui, com os componentes aqui da mesa desta noite, tá bom? Então, mais uma vez, sejam bem-vindos. E eu vou iniciar então a nossa audiência fazendo uma leitura aqui do nosso, digamos, o nosso roteiro. No nosso, no nosso regimento, do nosso regulamento, aí da nossa audiência, tá bom? Então, essa é uma audiência pública para apresentar e discutir o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA, o famoso EIA/RIMA, né? Para ao parcelamento do solo urbano do empreendimento que se denomina Centro Urbano Tororó e ele fica localizado nas imediações, entroncamento entre as DF-001 e DF-140, na Região Administrativa do Jardim Botânico, que é a RA XXVII. E, vou fazer só uma ressalva, que eu esqueci de dar as boas-vindas ao pessoal que está assistindo a nossa transmissão aí no YouTube. E, sejam muito bem-vindos, e essa transmissão ela vai ficar salva, então bom dia, boa noite, boa tarde, enfim, para quem está acompanhando aí pela internet. Visando uma maior participação, essa audiência, ela se dá aqui de forma presencial com essa transmissão, nesta noite de dezessete de outubro de dois mil e vinte e quatro, iniciando agora às dezenove e quarenta, com encerramento previsto às vinte e duas e quarenta. E nesse tempo já está incluído um pequeno intervalo de quinze minutos entre o término da exposição dos técnicos e a participação dos senhores participantes aqui, dos senhores ouvintes, enfim, e durante esse tempo, até às vinte e duas e quarenta, é o que temos nesta noite. O endereço aqui do local, para aqueles que ainda quiserem vir e estejam nos assistindo, e para fins de registro dessa audiência, estamos aqui localizados na Igreja Presbiteriana Manancial, que está aqui na DF-140, km 4,5, Chácara 4. E nesse momento até

aproveito para agradecer a Igreja Presbiteriana Manancial por nos receber aqui nessa noite, enfim, para que nós tenhamos aqui um ambiente bastante adequado e nós todos aqui estamos muito bem instalados. Então, mais uma vez agradecer pela acolhida. Na entrada gente, encontra-se a lista de presença dessa audiência, então eu peço gentilmente as senhoras e senhores que assinem para fins registro, é muito importante saber o número de pessoas que passou por aqui nesta noite. Também tem uma lista de inscrição específica para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra, tá? Então nós pedimos, porque no momento oportuno, essa leitura vai ser feita em ordem de chegada. E, enfim, em algum momento também nós vamos fazer essa leitura de acordo com alguns assuntos específicos, né, caso os assuntos tenham relação uns com os outros para a gente organizar e melhorar a dinâmica do trabalho, tá bom? Então vamos lá, o embasamento legal da nossa audiência é a Resolução Conama nº 9/87, a Lei Distrital 5081/2013, a Lei Orgânica do DF, em especial o Artigo 289, e a Instrução Normativa nº 11/2024, do Brasília Ambiental. Eu vou passar a leitura breve, para fins de registro e conhecimento de todas e todos aqui, sobre os dados cadastrais desse processo. O processo de licenciamento que corre no Brasília Ambiental é o processo de licenciamento ambiental sob o número 00391-00002770/2021-37. O empreendimento é o Centro Urbano Tororó, localizado nas imediações do entroncamento entre a DF-001 e a DF-140, na Região Administrativa do Jardim Botânico. O tipo de licença que está sendo pleiteada nesse momento é a Licença Prévia. Atividade é o parcelamento do solo urbano. E o interessado, empreendedor, é a TERRACAP. A empresa que foi responsável pela elaboração do EIA/RIMA é a Consórcio INFRA-TORORÓ. O aviso dessa audiência pública foi realizado conforme os dispositivos do Artigo Quinto da Lei 5081/2013, também nos sites e redes sociais do Brasília Ambiental, na internet, conforme prevê a Instrução Normativa 27. O objetivo dela é apresentar e discutir o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório, referente ao processo de licenciamento ambiental, cujo número acabei de dizer que às senhoras e senhores, desse empreendimento que se denomina Centro Urbano Tororó, como também colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento. Eu gostaria aqui nesse momento de lembrar a todas e todos como funciona o processo de licenciamento ambiental para uma atividade como essa, que é o parcelamento do solo, é um procedimento trifásico. Então, o licenciamento ambiental, ele se dá em três etapas: a primeira etapa é a Licença Prévia; a segunda etapa, a Licença de Instalação; e a terceira é a Licença de Operação. A Licença Prévia, ela atesta a viabilidade do empreendimento. A Licença de Instalação, ela permite o início das obras. E a Licença de Operação, ela finaliza o processo, indicando todas as ações que foram necessárias e atestando que todas foram basicamente cumpridas. Nós, neste momento, estamos na etapa de Licença Prévia. O estudo ambiental que vai ser apresentado nesta noite ele é formador, é o principal documento da fase de Licença Prévia, e ele é o formador desse convencimento técnico da equipe que é responsável pela análise. E nesse momento, até gostaria de destacar o trabalho que vem sendo desempenhado pelos nossos técnicos no Brasília Ambiental, uma equipe bastante dedicada, especializada nos assuntos, sobretudo, num assunto como esse, que é um parcelamento do solo. Nós temos uma equipe multidisciplinar para avaliar projetos dessa natureza. Então, esse estudo, ele é o principal documento nessa etapa, que é a primeira etapa. E essa etapa pessoal, e essa audiência, ela não é um fórum de decisão. Então ela ainda é uma etapa que vai caminhar e tem que ser, digamos assim, realizada, para acolher contribuições de todas e todos aqui. Só um momento... O chat do YouTube, ele fica somente aberto, pessoal, para interação entre os participantes. Ele não será considerado válido para o encaminhamento de contribuições nesse momento, tá bom? Sobre a participação, eu gostaria de esclarecer que todas e todos estão elegíveis a fazer uso da palavra pelo prazo de três minutos, tá? Também podem fazer por escrito, na nossa mesa, e peço que se apresentem, colocando o seu nome, se representa alguma entidade. Se representar alguma entidade esse tempo de fala, ele é estendido até cinco minutos, tá pessoal? Então é muito importante, caso você seja um representante de alguma entidade, que você faça o devido registro, tá bom? Nós temos os nossos canais também de recebimento de contribuições e perguntas, através do nosso WhatsApp, nosso e-mail. Todas as contribuições elas serão lidas em ordem de chegada, mas dependendo do assunto, elas serão agrupadas por temas, para facilitar a dinâmica do trabalho e deixar os assuntos e as perguntas mais fáceis de serem compreendidas e os assuntos estarem relacionados. Nós pedimos, além de se apresentarem, que façam uso da palavra de forma muito clara, de forma respeitosa também com todos os presentes aqui. E, para aqueles que, por um acaso, não tiverem tempo hábil para fazer a sua participação hoje, poderão encaminhar suas contribuições para por e-mail e, além de serem respondidas individualmente, essas contribuições, elas também fazem parte ATA completa dessa audiência. A ATA completa ela faz parte do processo de licenciamento, ela é anexada

como um documento oficial e esses registros também ficaram lá. E o e-mail para fazer essas contribuições, eu vou fazer a leitura aqui, para fins de registro, que os senhores tomem nota: sulam@ibram.df.gov.br ou o outro e-mail que é licenciamento.ibram@gmail.com. Nós temos aí dez dias para fazer, os senhores têm dez dias para fazer essas contribuições, e a publicação da ATA, ela se dá em até trinta dias, a contar da data de hoje. E temos mais informações sobre o regulamento dessa audiência no nosso site, que é o ibram.df.gov.br. Eu já falei basicamente sobre a duração da nossa audiência, são três horas previstas. Então iniciamos às dezenove e quarenta, teremos... Bem-vindo, bem-vindo. Bem-vindo, Paulo. Bem-vindo, Marcos. Nós temos aí três horas de duração, então a nossa audiência vai até às vinte e duas e quarenta, mas ela é dividida, e para fins de organização aqui do trabalho, em quatro blocos. Nós temos aqui, nesse momento, a abertura, onde a gente tem essa leitura da nossa dinâmica de trabalho. Temos a exposição técnica, que ela é via de regra, são trinta minutos para fazer a exposição, e esse tempo ele pode ser estendido até mais quinze minutos. Então, nós temos aí, inclusive, Christian, é interessante você estar atento aí a questão do tempo, são quarenta e cinco, até quarenta e cinco minutos de apresentação, tá bom? Depois desse tempo, a depender da dinâmica que, e da quantidade de participações, nós faremos um intervalo de até quinze minutos, e depois desse intervalo, e organizando as perguntas, nós retornaremos para a participação da comunidade. Como eu falei, através, por ordem de chegada, dando sempre preferência para aqueles que estão aqui no presencial, e na sequência as contribuições que chegarem através dos nossos canais de atendimento, que são WhatsApp e os nossos e-mails. Quanto a isso, eu gostaria de saber se tem alguma dúvida das senhoras e senhores aqui, em relação à dinâmica do trabalho? Perfeito, não, não. Acho que fomos claros aí, né? Mas se tiverem pessoal, alguma dúvida, eu vou pedir que procurem os nossos colegas aqui do Brasília Ambiental, nós temos ali a Natália, levanta a mão, aí Naty. A Natália, minha xará, a Patrícia, Antônio Terra, cadê? Está lá fora. E, para a gente, nessa noite, nós estamos aqui, nós somos a equipe que está responsável por conduzir o trabalho, e qualquer dúvida, vocês podem se reportar a esses servidores que estão aqui à disposição de todas e todos para a gente avançar aqui no trabalho de forma muito harmônica. Antes de passar a exposição técnica, já aproveitando que já chegaram algumas outras pessoas, eu gostaria de convidar aqui à mesa, Paulo Bueno, servidor do Brasília Ambiental, presidente da comissão de análise do EIA/RIMA. Marcos Cunha, Superintendente de Unidade Conservação. Allyson Neves, representante da ETR. (f) Pessoal, esse é o nosso time hoje para que os senhores e senhoras saiam daqui com quaisquer dúvidas que sejam possíveis de serem esclarecidas, nessa noite. Temos aqui representantes do governo, temos no Brasília Ambiental, também representantes de diversas áreas. Temos também os técnicos que elaboraram o estudo ambiental para fazerem a apresentação. E a nossa, o nosso intuito aqui é passar todas as informações ambientais que sejam possíveis de serem transmitidas às senhoras e senhores. Eu espero que tenhamos aí uma ótima audiência. E eu peço gentilmente que se atentem aos assuntos e as pautas e alguns apontamentos que serão feitos pelas senhoras e senhores baseados na representação que nós temos aqui nessa mesa, certo? Então, mais uma vez eu agradeço. Eu gostaria de passar a palavra para o Christian Della Giustina, que é o representante do Consórcio INFRA-TORORÓ, para iniciar a apresentação do EIA/RIMA do Centro Urbano Tororó, obrigada.

Christian Della Giustina (16:34)

Alô. Bom, gente, boa noite. Me chamo Christian, fui o coordenador dos estudos ambientais pelo projeto. Então, a gente tem esses trinta minutos agora para tentar dar uma clareada sobre o que foi feito nessa etapa. Só reforçando o que a Nathália falou, o licenciamento ambiental, ele envolve três etapas: a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a de Operação. Então, nós estamos agora na etapa da Licença Prévia, na qual é exigido o Estudo de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA. Esse estudo que a gente vai apresentar agora. Importante também destacar também que o principal objetivo do EIA/RIMA, a gente avalia a concepção do projeto, o projeto em nível de concepção, não é o projeto definitivo. Se ele é adequado, se ele tem viabilidade ambiental para ser instalado naquele local. Então, essa interação que a gente avalia, aquele tipo de empreendimento naquele local, tá bom? Então, eu vou passar muito rápido, por conta do tempo. O estudo, ele é extenso. A gente está com a equipe aqui, geógrafos, biólogos, sociólogo, os engenheiros, o Paulo aqui, o urbanista, tá bom? Então, vamos lá. Bom, o empreendedor é a TERRACAP. O consórcio, como já foi falado, são três empresas. Uma equipe multidisciplinar formada por geólogos, engenheiro florestal, agrônomo, biólogo, geógrafo, cientista social, economista,

arqueólogo, arquiteto e engenheiro civil. Então, é um processo de parcelamento do solo, esse é o número do processo no IBRAM, 00391-0000 2270/2021-37, para a Licença Prévia. E está previsto a construção de lotes de uso comercial, prestação de serviço, institucional, residencial e equipamentos públicos. Bom, a localização da área: aqui a DF-001, aqui, aqui o Jardim Botânico, a Estação Ecológica e a área do Jardim Botânico, aqui a entrada da DF-140. A gente, nós estamos mais ou menos por aqui. Então, esse polígono aqui em vermelho. A DF-140 atravessa, e a DF-001, ali é o limite noroeste da área, a BR-251 aqui ao sul. Bom, segundo o plano diretor, a gente está em Zona Urbana de Uso Controlado 2. Então está de acordo, o projeto está de acordo com o plano diretor. Com relação às unidades de conservação, a gente aqui está, tem interferência em três APAs: A APA do São Bartolomeu, a APA Gama Cabeça de Veado e a APA Planalto Central. Dentro do zoneamento dessas APA também está de acordo com as diretrizes do zoneamento. Aí estão os zoneamentos. Então, na zona, na APA Gama Cabeça de Veado, a gente está na Zona Tampão ou na Zona Urbana do zoneamento. Na APA Planalto Central, a gente está na Zona de Uso Sustentável, que é essa verde, verde escura. No São Bartolomeu, a gente está na Zona de Ocupação Especial de Qualificação, que é essa marronzinha aqui, certo? Bom, existe, além do plano diretor, além do zoneamento das APA, a gente tem mais uma camada de diretrizes, que é um outro zoneamento, que é o Zoneamento Ecológico do Distrito Federal. Ele é um documento macro, feito numa escala pequena, mas ele, a gente também analisa o projeto diante das diretrizes do zoneamento. Basicamente ele define quais são as fragilidades do território em nível do Distrito Federal e com isso as suas potencialidades. Então, existem mapas de risco, e aí a gente confronta esses mapas de risco com o projeto urbanístico. Dentro do Zoneamento Ecológico Econômico, a gente está aqui ZSE 6, da Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 3. Basicamente, esses riscos, gente, assim, funciona da seguinte forma, a metodologia do ZEE: as áreas planas, que são planas no Distrito Federal, elas vão ter um risco, isso é para o DF como um todo, as áreas planas, elas vão ter risco diante da impermeabilização do solo, de recarga de aquífero, enquanto as áreas de declividade vão ter maiores riscos de erosão. No nosso caso são áreas planas, então elas vão ter um risco maior de perda de áreas de recarga de aquíferos. Aquífero é a água subterrânea, aquela água do lençol freático. Então, ela tem um alto risco de impermeabilização, perda de área de recarga, mas tem um baixo risco de erosão. Basicamente, ela está aqui com, quando a gente fala de riscos colocalizados, são os riscos sobrepostos. Então, são os riscos típicos de áreas planas, como eu falei. Opa... voltou. Risco de perda de área de recarga, risco de contaminação do subsolo e o risco de perda de áreas remanescentes de cerrado nativo, que são essas manchinhas vermelhas aqui. A área praticamente toda antropizada. Desculpa aqui gente... Área praticamente antropizada, onde tem um vermelhinho aqui eu tenho áreas remanescentes de cerrado, e aí eu tenho 3 riscos ambientais sobrepostas. Eu queria pedir o Paulo agora, que é a parte de urbanismo, vai apresentar a proposta urbanística.

(f)

Paulo Cavalcanti (23:12)

Bom, o Centro Urbano do Tororó, ele é o portal de uma região, que eu acho que todo mundo que é aqui da região conhece, começou a ser empreendida em até, mais de dez anos atrás, a região sul/sudeste, mais conhecida como a região da DF-140, onde houve, e paralisaram-se também, vários empreendimentos imobiliários. O Centro Urbano do Tororó ele é o portal dessa região. Qual é a finalidade? Qual é o objetivo do projeto de urbanismo? Todo o projeto de urbanismo tem como finalidade ofertar habitação. Quanto mais se oferta de habitação, mais o mercado fica equalizado. E ofertar também emprego. Eu vim do Plano Piloto, agora, levei 1 hora e meia para chegar aqui, e todo mundo que mora nessa região leva também essa mesma uma hora e meia para ir para Brasília, uma hora e meia para voltar. Isso é em função da oferta de empregos, ou seja, a oferta de empregos nessa região é praticamente inexistente, e é uma das finalidades do projeto. Aquela área que o Christian se referiu, ela está aqui dividida em três quadrantes. Esses três quadrantes são resultado das próprias barreiras físicas da DF-140, da DF-001 e da DF, BR-251. Só por curiosidade da BR-251 é o acesso à praia de Brasília, tá? Um dia vai ser construída. Falta aí uns 700 km para chegar até o litoral. Então, o quadrante um, ele fica entre a 001 e a 251 e a 140. O quadrante dois, mais aqui para o lado da Papuda. E o quadrante três é que faz fronteira com os primeiros condomínios e parcelamentos já existentes aqui. Sempre que a gente inicia um projeto, a gente tem como base diretrizes urbanísticas. Antigamente a gente só se baseava numa lei, que era a

Lei 6766, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1979, e etcetera. Depois do advento da SEDUH, ou seja, depois da SEDUH, ela passou a estabelecer diretrizes urbanísticas. Para cada projeto são estabelecidas diretrizes urbanísticas e a gente segue no projeto. Isso é muito importante, por exemplo, aqui está a DF-140, toda essa região sul/sudeste, que eu estou me referindo, que é o nome oficial, é esse da DF-140, tem como único acesso à própria DF-140. Aqui, na diretriz estão indicados. Opa, errei... Vou voltar aqui... Daí para frente... Voltar, volta aí... Eu não vou mais errar esses... Pronto. Então, por exemplo, aqui nessa diretriz são estabelecidas novas ligações de área. Ora, quando for desenvolver o projeto de urbanismo, pense na relação e na integração desse projeto com os parcelamentos existentes, ou seja, faz um acesso aqui a esse parcelamento para que essa população não fique somente refém tendo como único acesso a DF-140. Nessa mesma condição, são estabelecidos zonas e diretrizes de ocupação... Esse eu não erro agora, tá?... Outro condicionante são as faixas de domínio das rodovias, ou seja, cada uma das rodovias no DF tem faixa de domínio. No caso da DF-140, a faixa de domínio é de 100 m. No caso da DF-001. é de 130 m. E em cada interseção é reservado um espaço de uma vez e meia essa faixa de domínio, vamos supor no caso da faixa de 100 m, tem um raio de 150 m em torno dessa interseção, para que no futuro, não só em função do projeto do Tororó, mas em função de outros projetos que vem adiante na DF-140, seja reservado o espaço necessário para as interseções. Além dessa faixa, a TERRACAP optou por reservar uma faixa de 300 m de proteção da Reserva do IBGE, Jardim Botânico. E outra condicionante importante é o seguinte, o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ele estabelece que a linha divisada do Plano Piloto deve ser preservada a partir da sua cumeada, onde é a cumeada? Cumeada é exatamente a DF-001, que é o divisor de águas da Bacia de Contagem. Então, é para que se preserve, o IPHAN, ele estabelece que uma faixa de 500 m a partir dessa DF-001, o gabarito seja mais baixo. Resumindo a ópera, o gabarito seja mais baixo, edifício seja mais baixo. Aí vem uma série de outros condicionantes que são adotadas pelo projeto. Atendeu o zoneamento ambiental, que o Christian já introduziu, mas tem muita coisa adiante para gente ver. Atender aquelas diretrizes urbanísticas, inclusive as diretrizes do sistema viário, que eu já comentei. E os condicionantes de projetos, quais sejam? Integrar os três quadrantes. Olha, para que não fique uma cidade, subdividida em quatro, em três quadrantes, sem que eles se comuniquem entre eles, não é? Promover a centralidade, cidades compactas, fachadas ativas e avenida central que a gente vai ver um pouco adiante. O urbanismo mudou. Aquela cidade de baixa densidade, aquelas, as superquadras de Brasília que muita gente adora, eu também, mas elas ocupam 15% do território e 85% de área verde, você ter uma ideia, numa superquadra. Isso baixa muito a densidade. Quando a gente baixa muito a densidade populacional, a gente aumenta o custo de infraestrutura, a gente aumenta o custo de transporte, a gente leva a uma cidade pouco produtiva do ponto de vista econômico-financeiro. Então, as cidades compactas, as cidades onde os edifícios, que a gente vai ver mais adiante, eles ocupam a fronteira das ruas com lojas no seu, no primeiro piso, que traz a empregos e outras atividades, é a tônica hoje do urbanismo moderno. Terceiro, suprir a região da DF-140 de uso produtivos, que a gente já começou, comentou, empregos, equipamentos públicos comunitários, ou seja, não só para atender ao Centro Urbano do Tororó, mas para atender essa região, estão sendo providos terrenos para grandes equipamentos, tipo hospitais, vão servir essa região. É, na verdade, o nome é muito apropriado, Centro Urbano do Tororó. Ele vai atender exatamente a essa região ou os equipamentos públicos que se fazem necessários. Aí não vai nenhuma crítica a quem faz parcelamento do solo privado, mas o parcelamento do solo público tem essa característica, tem essa característica. Você não vai ver, “ah o Santa Mônica reservou um terreno para um hospital regional”. Você não vai ver isso num loteamento privado. Ou “o Alphaville reservou uma”, não, o Alphaville reservou um local para emprego, para edifícios de uso produtivo, etcetera, mas não para um hospital regional e etcetera. Esse é o papel de uma agência. Preservar as áreas de cerrado remanescente, o Christian fez um pequeno apanhado, para atender uma permeabilidade exigida nas diretrizes de, quanto a faixas verdes, parques, etcetera. E prover a área de equipamentos públicos comunitários, esses sim, não são regionais, são da própria área. São escolas públicas e privadas. São postos de saúde público e instituições de saúde privada, de segurança, etcetera. Aqui está a distribuição, vou me aproximar... o projeto ele inicia com o desejo, o provimento de um centro urbano ao longo desse pequeno segmento de 1 km e pouco da DF-140. Nesse ponto, o ideal é que se consubstancie um centro urbano dinâmico, com habitação e muito, muita atividade produtiva, ou seja, oferta de comércio, oferta de escritórios e etcetera, etcetera. A partir desse centro urbano se sucedem uma série de quadros onde estão essas cruces. A partir de uma série de quadras. Como que essas quadras se compõem? Elas se compõem de uma via periférica, nessa via periférica vão se enfileirar uma série de edifícios, esses

edifícios com lojas, com fachadas ativas, o que a gente chama de fachadas ativas, e um miolo de quadra, que é esse verde, com o uso exclusivamente residencial. Esse miolo de quadra, ele é de ruas calmas, é como se fosse o acesso, fosse uma praça, ou seja, o acesso, enquanto que o entorno dessas quadras é dinâmico, ou seja, é atividade produtiva mesmo. Ao longo da sucessão dessas quadras, você vê que a atividade que está aqui em laranja, ela vai gerar o que a gente chama de avenida central, que é uma via de atividades. Essa via ao longo de toda dela, tendência dela é que se desenvolva daqui para lá e daqui para cá, uma sucessão desses usos mistos do solo, ou seja, edifícios de apartamento com escritórios e lojas no primeiro e segundo pavimento. Além desses usos produtivos são propostos nessa região, por exemplo, comércio, serviços e indústria. São atividades logísticas, atividades de emprego e da indústria 4.0, ou seja, exclusivamente emprego, aqui não tem habitação, por exemplo, né? Atividades institucionais. É o caso aqui que a gente pretende, ou incentiva-se, uma universidade, uma faculdade, etcetera. Águas Claras também tinha os seus terrenos de faculdades e de universidades que hoje estão consolidados. A Universidade Católica é um exemplo. Então, não é uma utopia trazer uma universidade para cá assim que a gente tenha densidade populacional que seja requerida. A UnB está com campus há muito tempo em Ceilândia e por aí, etcetera. Essa faixa que o Christian se referiu aqui, que era, vamos puxar pela memória, que era um pequeno remanescente de cerrado, ela está plenamente preservada. Vai ficar aí o testemunho, vai ficar aí o registro, desse remanescente de cerrado. Toda essa outra região, fora essa quadra, fora essa quadra, ela foi já devastada e foi inclusive, plantou-se sorgo e outras culturas aí, não é? Outros usos que são indicados: habitação unifamiliar. Apagou aqui a luzinha. Habitação unifamiliar, ela está reservada nessa faixa, vizinho daquela faixa de 300 m que a gente se referiu, que também está plenamente preservada. Nessa faixa, na divisa com os parcelamentos. Números, indicadores do projeto. Resumidamente, que a gente tem pouco tempo. Apagou a luzinha. A gente tem em torno de 35% de toda essa área como área pública, ou seja, de toda essa área aí, 35% é área pública. A população. Não vou, não vou aqui entrar em cada número, que não está dando nem para ler. A população total prevista para toda essa área de 93.000 habitantes. O que a gente chama de uma população de saturação, tá? Quer dizer, nós estamos trazendo para o Tororó uma Águas Claras. Comparando Águas Claras, hoje, tem essa população. É essa dinâmica que se quer trazer para cá. Para gerar emprego, para a gente gerar essa atratividade, é nessa escala que tem que se trabalhar. Sistema viário, que a gente já antecipou um pouco. A gente tem uma via de atividades principal, que a gente chamou de avenida central, lembrando daquelas diretrizes que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano já tinha indicado nas diretrizes urbanísticas, a gente tem essas vias que vão fazer a ligação com outros parcelamentos, está aqui, vamos emendar aqui outras vias de outros parcelamentos, para que não fique só, mais uma vez repetindo, não fique só na DF-140 o papel de atender ao tráfego. Aquelas duas vias, vou voltar aqui para aprender a voltar. Aquelas duas vias que eu me referi, essa central e as outras roxas aqui, que são as principais, estão aqui representadas em seções transversais. Elas são praticamente iguais. Então aqui a gente tem estacionamento, tem uma via exclusiva de ônibus, ou seja, o transporte coletivo, ele é pensado desde o início. Como foi Águas Claras, com exceção do metrô, já na concepção do projeto. Síntese das unidades imobiliárias. Primeiro, a área total da poligonal do projeto, ela é de sete, eu sei porque eu sei decorado, mas não está dando para ler não, 785 hectares. Eu vou me referir a hectares porque é mais fácil do que metro quadrado, fica um número gigante, 785 hectares. Só que descontando as faixas de domínio das rodovias, aquele recuo que a gente se referiu e tal, a gente só está efetivamente ocupando pouco mais de 80% dessa área. Então, vamos direto para cá. Somando todos os usos do solo residenciais, produtivos e etcetera, etcetera, a gente tem um percentual total de 47% de uso produtivo e 55% de áreas públicas. Agora vem no meio físico.

Christian Della Giustina (39:31)

Bom, gente, então o, voltando agora ao estudo propriamente dito, não é? A gente avalia essa, esse projeto e a gente divide o que a gente chama de diagnóstico, né? Para quem não está familiarizado, o diagnóstico é como, a gente pode fazer uma analogia de que quando a gente vai ao médico. O médico ele tira a nossa pressão, mede a temperatura, né? E aí ele nos dá um diagnóstico, você está com febre, você está com gripe, não é? Depois ele faz um prognóstico. Então o estudo, ele também é dessa forma. A gente vai fazer esse diagnóstico, que a gente compartimenta ele dentro do ambiente físico, que são os solos, a água, as rochas. O meio biótico, que é a parte de fauna e flora. E a parte de socioeconomia, que são as pessoas que vão ser afetadas por esse empreendimento. Então eu vou iniciar por essa parte do meio

físico, vou falar bem rápido também, que o nosso tempo está exíguo. Para fazer essa avaliação do impacto ambiental, a gente estabelece áreas de influência. Uma área de influência que é direta, onde os impactos são diretamente, acontecem diretamente. E o onde os impactos são indiretos, então, por exemplo, aqui a área do empreendimento para vegetação, por exemplo, o desmatamento ele é feito ali no local, ele é, o impacto ele é direto, enquanto nas outras áreas você pode ter influências indiretas, como polinização. Então, a gente por esses três meios a gente tem essas áreas de influência, onde o impacto é direto, onde acontece diretamente com as obras, e aonde os impactos estão indiretos. Bom, a gente faz uma análise do clima, a gente está com uma precipitação aí, numa série histórica de 30 anos, de 1.452 milímetros. A parte de geologia, que são as rochas, a gente está no grupo Paranoá, que são rochas quartzíticas. A gente tem um, quem desce ali para BR-251, se olhar à direita, onde tem umas cascalheiras antigas, a gente consegue ver essas rochas aflorando. São rochas formadas basicamente de areia. E os quartzitos e os ritmitos são intercalações dessas rochas de areia com rochas mais argilosas. Na parte de geomorfologia, a gente está numa área de Chapada, pelo mapeamento geomorfológico do Distrito Federal. A gente tem predominância de latossolos. O relevo, ele é, o relevo é praticamente plano. O mapa de declividade, a gente tem uma declividade média do terreno de 5%. Para quem não sabe o que é percentual, é quanto eu, é quanto eu desço quando eu ando 100 metros. Então, 5% significa que se eu andar 100 metros, eu vou descer 5 metros na vertical, tá? Esse é o percentual. Então, aí predominam áreas menores que 10%. Lembrando que a legislação ela restringe o parcelamento em áreas de, o parcelamento em áreas abaixo de 30%. A Lei de Parcelamento de Solo. E a lei ambiental ela define como APP áreas de acima de 45%. A gente não tem nenhuma restrição desse tipo relacionado ao relevo na área do empreendimento. Os solos são latossolos. Latossolos são solos típicos do cerrado. Esses solos vermelhos, mais amarelos, típicos de áreas plana. São solos adequadas a recebimento de infraestrutura, o solo que tem baixa suscetibilidade à erosão. Portanto, são adequados ao recebimento. A gente, basicamente, só voltando no anterior, os latossolos estão praticamente em toda área do terreno, com exceção dessa manchinha aqui e de uma outra manchinha aqui desse lado. Aqui são cambissolos que são solos mais espessos. Esses eles são contrários do latossolo, como eles são associados a áreas de maior declividade, então eles não vão ter aquele problema de recarga de aquíferos, mas tem problemas de erosão, mas eles são aqui uma área bem restrita. E o que a gente chama de gleissolos também, que são aqueles brejos, né? Tem uma área bem pequenininha também, aqui nesse trecho. Aqui é o brejo, é aquela área que todo mundo conhece, solo preto que a gente pisa e molha o pé né, afunda. Essa sim ter problemas, restrições, à ocupação urbana. E aí tem uma foto de cada um desses três tipos de solos: latossolos; os cambissolos, que são, a rocha já está bem próxima, normalmente têm um metro, ou até menos de espessura; e os solos, os gleissolos, que são esses aqui com, que a gente, os brejos, que a gente afunda o pé na lama. O mapa de risco, basicamente, risco à erosão. Então, como eu falei, são latossolos, basicamente eu tenho aqui o risco baixo em quase toda a área. Onde eu tenho um pouco mais de declividade, eu aumento um pouquinho para o risco médio. Recursos hídricos, a gente tem três unidades hidrográficas aqui: a do Ribeirão Cachoeirinha, o Ribeirão da Papuda e Ribeirão Santana. Não tem nascentes dentro do empreendimento. Não tem, com exceção daqueles solos hidromórficos, que caracteriza uma nascente também, mas não tem córregos. Na parte de hidrogeologia, que são, é a parte da geologia que estuda as águas subterrâneas. Então, a gente tem 2 domínios, que é o domínio que a gente chama de domínio poroso, que é o solo, né? Aquele domínio poroso, porque ele se comporta como uma esponja, a água está ali nos interstícios do solo. E eu tenho domínio fraturado, que são as rochas, onde as nossas rochas, aqui no Planalto Central, são rochas metamórficas, são rochas duras, elas fraturam, elas quebram, e a água ela vai entrar nessas, nessas fraturas de água. Então, são essas águas que são aproveitadas aqui em Brasília, né? Seja no domínio poroso, no solo, ou no domínio fraturado. Esse é o melhor aquífero do Distrito Federal, o R3Q3, que dá as melhores vazões de água. E o domínio poroso, onde você tem uma boa infiltração da água. Bom, no diagnóstico do meio biótico, como eu falei, o meio biótico é dividido na fauna, na parte de fauna, e na parte de flora. De flora, que é a vegetação. A gente tem uma definição de áreas de influência. A gente vê que é diferente lá daquela do meio físico. Porque, no caso do meio físico, a gente toma como base... 30 minutos, né? A gente tem com o meio físico, a gente tem como base as baixas bacias hidrográficas. No caso do meio físico, os animais, eles transitam em áreas bem maiores. Então eu tenho uma diferença de abordagem, de definição do, da territorialidade, do tamanho de onde a área vai ser estudada. Então, foi feito um levantamento aí de, aqui a parte de flora, de vegetação. Cada, é lógico, a gente concentrou nos remanescentes de vegetação nativa. Então, é naquele triângulo aqui. E se a gente olhar o uso do solo, aqui também explica bem que

a maior parte da área, que é o rosa, são áreas de lavoura. Depois eu sigo aqui com uma área de floresta plantada, ainda da, remanescente da Proflora. E muito pouco de cerrado propriamente dito. Eu tenho, se eu somar aqui o típico com o cerrado ralo, tenho em torno de 10% de, só de remanescentes de vegetação nativa. As demais são áreas antropizadas. Dos 785 hectares, 81 são formados, um pouquinho mais de 10%, por cerrado sentido restrito e subtipo típico e ralo. Na identificação da vegetação, foram identificadas 20, 35 famílias, em 55 gêneros e 72 espécies. E deu a densidade de 591 indivíduos por hectare. Na parte de fauna, foram feitos dois levantamentos, um na época da chuva e um na época da seca. Está escrito aqui, outubro de 2023 e janeiro de 2024. Também foram definidas áreas amostrais. Os biólogos estão aí, me corrijam, se falar alguma besteira, mas são cinco sítios amostrais. Eles buscam, não adianta fazer um levantamento aqui no meio do plantio de soja, que vou encontrar pouca coisa. Então, eles, inclusive em áreas externas, aqui a poligonal, umas áreas onde tem remanescentes de vegetação, onde a fauna nativa ela habita. Alguns exemplos aqui de estudos, das armadilhas para a captura dos animais, para insetos, aqui para lagartos e répteis. O bichinho vem andando aqui, ele esbarra aqui nessa lona e cai nos buracos, depois do biólogo vai visitando, vai visitar ali, e avalia. Aqui são câmeras trap que chamam, são armadilhas de câmera, o animal passa na frente, mamíferos, passa na frente e ele bate uma foto do animal. Bom, os resultados aqui. Herpetofauna, são anfíbios e répteis, os peixes, lagartos, as aves, os mamíferos e insetos. Então, eu tenho esses números aqui de 33 espécies de herpeto, mamíferos e répteis, 140 de aves, 16 de mamíferos e 152 de insetos e lepidópteros, são borboletas, 48 indivíduos e 14 espécies. O que que a gente cabe destacar aqui, para cada um desses grupos: não tem nenhuma, na parte de anfíbios e répteis, nenhuma espécie ameaçada de extinção, mas eu tenho nove espécies que são endêmicas do cerrado. Endemismo é quando ocorre só naquele, no local, então ele, essas nove espécies, ocorrem só no bioma do cerrado. O bioma cerrado ele não é só essa área restrita, ele vai para Minas Gerais, Goiás inteiro, uma parte do Mato Grosso, Tocantins. Então, são espécies que ocorrem só nessa região, região dos cerrados. Na parte de aves, também nenhuma espécie ameaçada de extinção, mas eu tenho uma espécie que é definido como quase ameaçada, está em vias de estar ameaçada, que é o papagaio-galego, está nessa foto. Na mastofauna, na parte de mamíferos, foram encontradas duas espécies ameaçadas de extinção, tamanduá-bandeira e o lobo-guará, naquela câmera trap que a gente mostrou ali inicialmente. A parte de invertebrados, dos insetos e as borboletas, nenhuma espécie ameaçada de extinção. Nenhuma espécie endêmica. Uma espécie potencialmente endêmica do cerrado. Parte de socioeconomia. Também outra área de influência, de acordo aí com os critérios da população, não mais do ambiente físico e nem, e não mais dos animais, das plantas. Foram utilizados dados do IBGE e da área de influência do Jardim Botânico. A gente tem um mapa de influência. Quanto tempo tem Nathália? Faltam 10. Tá. (f) Obrigado. Aqui... Bom, a ocupação aí basicamente ocorreu entre 97, a principal, a mais significativa, entre 97 e 2015, sendo o pico em 97. Em meados de 2004, na área de influência direta. A gente tem uma dinâmica populacional aqui, no caso aqui é da RA Jardim Botânico. Já têm lotes já existentes, 33.000 lotes, uma população aí de 33.000 habitantes. Eu tenho a pirâmide etária, aqui basicamente ela mostra aqui a idade da população, por gênero. Então, o vermelho aqui são mulheres e aqui homens. Então eu tenho aqui uma, ela é mais gordinha aqui na faixa entre 40 e 44 anos. Então eu tenho uma predominância da população com essa idade aí entre 30 e 54 anos. Na área de influência direta, eu tenho vários condomínios, o Mônaco, Santa Mônica, Quinta Santa Bárbara. Tem características semelhantes ao dos moradores do Jardim Botânico. Como eu falei, ali 52% entre 25 e 59 anos. 47% da população mora entre 10 e 24 anos e uma renda domiciliar em torno de R\$ 12.000,00. Tem várias atividades econômicas, desde lavouras, remanescentes rurais, empreendimentos de turismo rural, agroindústria e comércio local. Existem algumas áreas ocupadas no interior da poligonal do empreendimento, a foto de algumas aí, chácaras, salvo engano, uma agroindústria e o viveiro de plantas, dentre outras. Não são as únicas, ali foi só exemplificativo. A parte de infraestrutura. A gente sempre faz, e aí vem a água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica e tratamento de resíduos, né, o lixo. A gente faz consultas às concessionárias, então faz consulta à CAESB, para águas e esgoto. Drenagem, para a NOVACAP. SLU para o lixo. E a CEB para a energia elétrica. Então eles emitem, todas essas concessionárias, emitem um Termo de Viabilidade Técnica. Então, no caso aqui de abastecimento de água, não existe rede hoje, mas a CAESB está instalando uma adutora interligando o Sistema Corumbá, até que... mas ela diz que tem capacidade de abastecimento, mas ela precisa terminar essa rede de água. Está hoje, próximo do Gama, não é? Seria isso mais ou menos isso. O esgotamento sanitário, mesma coisa do termo de viabilidade, não tem rede de esgoto e CAESB prevê a instalação de ETE, uma Estação de Tratamento de Esgoto que vai atender o bairro e outras áreas aí da região. Tem área reservada lá no

projeto, nessa que faz parte do projeto de urbanismo, para essa estação de tratamento de esgoto. Parte de drenagem, também não tem rede ainda de águas pluviais e a NOVACAP exige que sejam feitas essas, e nossos engenheiros também deram essa solução, de lagoas de retenção, também aí previstas no projeto de urbanismo. Para que servem essas lagoas, gente? A gente tem água da chuva, que naturalmente ela quando tinha vegetação de cerrado, ela bate na árvore, escorre devagarinho, e infiltra no solo, na vegetação. Quando eu tiro essa, parte dela em filtra e recarrega os aquíferos, o lençol freático, e parte dela escorre superficialmente. Quando eu tiro as árvores e coloco concreto, cimento, asfalto, calçada, residência, essa água que infiltrava, ela deixa de infiltrar e ela aumenta a velocidade da água. É por isso que a gente vê problemas lá no Plano Piloto. É isso. A gente impermeabilizou. Então o que se faz? O que é engenharia, como é que a engenharia resolve isso? Ela cria lagoas, são bacias. Para quê? Para que no pico de chuva, a gente sabe que a chuva ela vem, aquela chuva forte, durante um tempo, depois ela reduz. Então, é nesse momento que alaga, se você não tiver nenhuma estrutura. Então essa água toda que cai na cidade, ela vai para um bacião, na hora que a água está chovendo muito forte, ela vai enchendo, vai enchendo. Na hora que ela estiver cheia, a água já vai estar diminuindo, então ela vai escorrer naturalmente. Existe uma norma que prevê que essa água que sai, que eu estou falando que sai naturalmente da bacia, ela tem que ser a mesma da original. Então os engenheiros calculam o tamanho dessas bacias para poder reduzir esse impacto relacionado à drenagem. Energia elétrica. A CEB falou que há viabilidade técnica, tem interferência com uma linha de transmissão, mas também falou que não há problemas de remanejar essa linha de transmissão. O SLU também falou que encontra-se equipado para executar, tem capacidade para coletar esse lixo. E aí agora a gente vê no prognóstico ambiental. A gente faz um exercício, os consultores aí de ambientais, de tentar prever quais vão ser os impactos, com base na nossa experiência, quais vão ser os impactos... que vão, que vão acontecer, diante da implementação do empreendimento. É lógico que há impacto, né, gente? Por isso que a gente está num processo de licenciamento ambiental. A lei ela estabelece quais são os tipos de empreendimento que são obrigados a passar por processo de licenciamento ambiental. Então, ele é inerente. Não tem como. Um parcelamento de solo ele está previsto em lei, se submeter ao processo de licenciamento. Então, é nosso trabalho, nosso esforço é esse, não é? Avaliar quais serão esses impactos, fazer um exercício de avaliar e propor medidas mitigadoras, e... Dois minutos, eu vou ter mais? Nathália? Tá, obrigado, 10 minutos está suficiente. Então, a gente para cada impacto ambiental que a gente identifica a gente propõe medidas que vão reduzir esse impacto e monitorar também, programas que vão monitorar esses impactos ambientais. Então, eu tenho, eu compartimento aí todo esse processo de instalação do empreendimento na parte de estudos preliminares, que é onde a gente está aqui licenciamento. Aí vem a obra, já na licença de instalação, que é a supressão da vegetação, vou remover a cobertura vegetal, a abertura dos lotes, a terraplanagem, a instalação da infraestrutura, que é isso aqui que vão ser os causadores do impacto. E tem a própria ocupação, que são as edificações. A gente tem uma metodologia que avalia e compartimenta esse processo de impacto ambiental. Eu tenho uma intervenção, depois eu vou ter uma... Essa intervenção vai gerar uma alteração ambiental e eu vou ter o impacto propriamente dito. E aí, por exemplo, eu não vou listar todos, tá gente? Por conta do tempo, a gente não se preparou para isso. Mas na etapa de planejamento, eu estou mostrando mais a metodologia de como esse impacto ambiental ele é avaliado, então nessa etapa de planejamento a gente faz levantamentos na área, isso gera um aumento do conhecimento científico, aqui dentro daquele meio socioeconômico. Eu tenho a elaboração de projetos, eu já vou gerar expectativas. Vou ter o aumento de arrecadação tributária, porque eu estou girando esses trabalhos todos. E valorização imobiliária. E aí a gente traz isso tudo para uma matriz, de impacto. Eu tenho um impacto aqui e aí eu tenho aqui se ele é positivo ou se ele é negativo. Eu tenho essa, a forma de incidência desse impacto, se ele é direto ou se ele é indireto. Se ele é apenas naquele local ou se ele tem uma abrangência maior, se ele é regional. Se ele é, o tempo de incidência, se ele ocorre na hora ou se ele ocorre numa expectativa temporal um pouco mais prolongada. E o prazo de permanência, se ele é permanente ou se ele é temporário. Por exemplo, a geração de poeira pelo caminhão, vai levantar aquela poeira, mas ele é durante a obra, então ele é temporário. Outros não. O corte da vegetação, ele é permanente. A vegetação nativa, ela não vai mais ser... Então assim, a gente vai destrinchando todos esses impactos, dentro dessa perspectiva do meio físico, do meio biótico, do meio socioeconômico. Está certo? Essa é a nossa metodologia. Então, na supressão da vegetação, eu vou ter uma alteração da paisagem, aqueles três, aquele fluxo que eu falei do início, o impacto, até chegar no impacto ambiental... A intervenção. Eu tenho aqui a redução da cobertura vegetal que está aqui no meio biótico. A ocorrência de processos erosivos, no meio físico. Nesse caso aqui, não há

impacto socioeconômico. E aí eu venho, a redução da vegetação. O impacto é negativo, ela tem forma de incidência direto, direta, local. Ela é naquele local, eu não desmato aqui, e eu não vou ter outro desmatamento do lado. Ele é na hora, ele é imediato. E ele é permanente, está certo? Aí eu vou ter ocorrência de processos erosivos, afugentamento da fauna, elevação dos níveis de ruído, alteração da qualidade do ar. Não vou ler todo também, mas tudo está disponível no estudo. O estudo está disponível para vocês, completo. Eu tenho aquela outra parte de terraplanagem, compactação do solo, movimentação de máquinas. Eu tenho um impacto aqui no socioeconômico, que é a geração de empregos, é um impacto positivo. Tem alterações em termos da impermeabilização, da recarga. E a mesma coisa, né? Aqui o são basicamente impactos negativos. Alteração da dinâmica da água superficial e subterrânea, ocorrência de processos erosivos, geração de emprego aqui como um impacto positivo, elevação de níveis de ruído, alteração da qualidade do ar. E lá nas obras, já obras civis e ocupação, eu tenho aí geração de empregos, novas opções de moradia, tenho crescimento populacional ordenado, alteração da dinâmica da água subterrânea pela impermeabilização, geração de resíduos sólidos e efluentes. Vou ter a revitalização de áreas verdes, que é muita área degradada lá dentro. Vou ter aumento no consumo de água e energia. Então, como falei, aqueles são os impactos, um resumo dos impactos. E aí para cada tipo de impacto eu vou ter medidas mitigadoras. Mitigadora é aquela medida que a gente tenta, que a gente faz para reduzir o impacto ambiental. Por exemplo, na supressão de vegetação, quando urbanista preserva dentro do projeto, coloca aquilo ali como área verde, os remanescentes de vegetação, aquele nosso impacto ambiental ali de remoção da vegetação, ele vai reduzir muito. Vai ser mitigado. Então, basicamente ele está ocupando áreas que já não tem mais vegetação de cerrado, as áreas estão praticamente todas preservadas. Isso é uma medida mitigadora. E aí, para processos erosivos, aproveitar o contorno natural da topografia. Então, a gente pega lá se a topografia está pendendo pra cá, eu não vou fazer as ruas todas principais na direção da topografia, que isso vai aumentar a velocidade, vai aumentar... Então, ele vai lá e tentar fazer de forma a reduzir esse impacto da água da chuva. Então eu vou ter aí um impacto, o impacto. Eu vou ter uma mitigação para cada um deles. E eu vou ter um plano, um programa, que vai se desenvolver ao longo da licença de instalação, da obra, que a gente vai monitorar esses impactos. Então, eu vou ter aqui um, para acompanhamento do ruído, das emissões atmosféricas, da poluição do ar, eu vou ter um monitoramento ambiental das obras. Eu vou ter um acompanhamento dos recursos hídricos, um plano. Então, eu vou lá medir as águas dos córregos que estão drenando dali, vou medir, vou coletar amostra de água, vou levar para o laboratório. Eu vou ver se aquele, se aquele, se aquilo que está, a obra que está acontecendo, se ela vai gerar uma modificação na qualidade da água. Se eu se eu enxergar, eu já tenho como imediatamente acionar a TERRACAP para, ou empreiteiro, para corrigir o que está gerando aquele problema. Então, são programas que vão nos ajudar a fazer a gestão ambiental da obra. Então eu vou ter um para cada um daqueles impactos... Depois eu posso voltar. E aí conclusão do nosso estudo. A localização está de acordo com as normas previstas na, para a região, tanto do PDOT como dos planos de manejo das APA, das três APA. Não há problema geotécnico ali, geotécnico é com relação à fundação, a fundação das edificações, não há problemas. Os aspectos legais e compatibilidade estão de acordo com os usos propostas, como Paulo mostrou ali, seguindo tudo, desde o PDOT, das diretrizes da, emitidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. As alternativas de infraestrutura propostas estão de acordo com as respostas fornecidas pelas concessionárias. Eu destaco isso aqui, gente, que eu acho que é uma questão que é bem importante. A oferta de moradia legal em detrimento à grilagem e o parcelamento irregular do solo. Eu sempre digo que assim, pode ter todas as críticas. O projeto e tal. São todas legítimas, mas a gente tem que entender uma coisa, a lógica no DF, a gente tem uma demanda habitacional aqui e a gente, a cada a cada ano que se passa, são 50.000 pessoas a mais que chegam, que nascem. A população ela aumenta essa ordem, todo ano tem 50.000 pessoas a mais. É muita gente. Se a gente não oferta espaço para essas pessoas, o que que acontece? Vira uma panela de pressão. A demanda vai crescendo. Esses projetos demoram anos e anos, para um projeto dentro da legalidade. O que que acontece? Existe a demanda. Os grileiros se aproveitam disso, se aproveitam. Áreas ociosas. Realmente áreas importantes para a conservação. Não que as outras não sejam importantes, mas os parques, as áreas de preservação permanente, as áreas que normalmente estão ociosas, são essas áreas que os grileiros procuram para grilar. E quando você tem oferta de imóveis dentro da legalidade, você meio que quebra as pernas dos grileiros. Eu tenho esse entendimento pessoal, como técnico, como cidadão. Bom, impactos típicos da atividade desenvolvida, com, que vão ter metodologias de mitigação. Então, considerando essa

avaliação, a equipe técnica, multidisciplinar, se posiciona pela viabilidade técnica do empreendimento. Obrigado.

Nathália Almeida (1:09:16)

Oi, vocês escutam? O outro estava melhor, não é? Obrigada, Christian pela apresentação. Foi bastante esclarecedora, né, pessoal? Então, acho que foi tão esclarecedora que a gente só recebeu até agora quatro inscrições de fala e duas manifestações, que recebemos... Pode. Pode. Eu vou pedir só que, continue a lista com uma nova, porque eu já tenho uma aqui para seguir a ordem. E também recebemos até agora duas manifestações. E gostaria de colocar aqui para a decisão de todas e todos os presentes que nós já podemos começar o momento de participação. E aí nós abriremos mão da questão do intervalo. Queria saber se está, se todos estão de acordo, podemos? Perfeito. Eu vou pedir então, para que retornem à mesa, se possível, os convidados. E então vamos dar início, pessoal, nós temos aqui inscrito, em ordem, vou já falar para que se preparem, senhor Carlos Antônio, a senhora Ozerina Alves e o Guilherme Lagano, isso? Falei certo? Hã? Jagano, tá bom. E a senhora Romina Faur Capparelli. Nessa ordem, já vamos iniciar. Então eu vou convidar aqui o seu Carlos Antônio para fazer uso da palavra. O senhor Carlos Antônio, ele se apresenta como líder comunitário, então, ele terá 5 minutos para a fala. E solta aí o cronômetro então, pessoal, para o seu Carlos Antônio. E vamos ficar atentos, pessoal, ao teor da pergunta, para que a gente já comece a pensar aí já na resposta, seja o pessoal do Consórcio, o Brasília Ambiental, TERRACAP, ETR. Tá bom? Então vamos lá. Com a palavra.

Senhor Carlos Antônio dos Santos (1:11:25)

(...) A comunidade para discutir o que é essa nova cidade. Para aí sim, a partir desses parâmetros, desenharmos uma cidade que Brasília precisa. Porque hoje pode fazer parte do RA, mas para ir um projeto para a Câmara Legislativa e tornar isso aqui uma RA, a RA do Tororó. É, um dia, vai, bota a medida de urgência e assim acontece. Então, assim, nós precisamos começar a discutir essa nova cidade e não discutir a questão ambiental, por que eu não estou...aqui nós vamos sair daqui hoje com mais dúvidas. Com mais dúvidas do que esclarecimentos, porque até então ninguém sabia disso daqui. Eu acho que ninguém sabia além do Governo, além da TERRACAP, ninguém sabia. Isso não foi divulgado para ninguém, a não ser agora aqui na questão ambiental. Então, os meus questionamentos na área ambiental é que a área de influência está errada, não está contemplando o tamanho que o raio de uma cidade de 90.000 habitantes vai se dar. Nós temos áreas daqui até os viadutos outro lado depois da DF-001 e nós temos áreas daqui pro café sem troco. Todas essas áreas deveriam entrar nesse estudo ambiental porque são 90.000 pessoas. Não é um bairro, não é um condomínio fechado, é uma cidade. E a cidade, nós precisamos debater ela antes. Antes, é discutir antes com a comunidade, audiências públicas, formulário. Porque é o seguinte, a TERRACAP, o ano passado, gastou mais de cinco milhões de reais só com investimentos para tentar vender lotes aqui no Aldeia do Cerrado. Que era um empreendimento particular, foi para a mão da TERRACAP e até agora sem explicações. Então, a comunidade do Jardim Botânico, a comunidade de São Sebastião, a comunidade em volta, Brasília tinha que falar com TERRACAP: *ops*, tira o pé do celebrador, quer tirar uma cidade do papel? (f) Vamos discutir juntos, para depois enviar para o IBRAM fazer uma análise. E pessoal do IBRAM, todos de parabéns, um órgão muito responsável, sempre foi transparente com todas as solicitações que foram feitas. Mas essa audiência pública vai ser calorosa, não por causa da discussão do impacto ambiental e sim da irresponsabilidade da TERRACAP tentar tirar uma cidade do papel assim, nas escuras, na calada, porque pra mim isso aqui está sendo nas escuras. Muito obrigado.

Nathália Almeida (1:17:01)

Agora sim. Seu Carlos Antônio, eu agradeço muito sua contribuição. Além de ficar registrado em ATA toda de gravação das suas contribuições, eu coloquei aqui como encaminhamento a alteração, viu Christian, da gente já registrar a questão da alteração da área de influência do projeto porque de fato são observações bastante relevantes e que de certa forma influenciam na análise do projeto. Todas as contribuições dos senhores e senhoras que estão hoje aqui, que receberemos nesta noite, elas são parte, e serão levadas em consideração, na análise e na tomada de decisão. Elas formam, elas são parte do

convencimento técnico da equipe quando a gente se debruça sobre um projeto como esse. Então, mais uma vez, eu agradeço a sua contribuição. Eu vou chamar então agora a senhora, o Ozerina Alves. Ela já até destacou que a contribuição dela é sobre equipamentos públicos. Três minutinhos, tá bom? Obrigada.

Senhora Ozerina Alves (1:18:03)

Boa noite. Eu sou moradora da comunidade. Tá ligado? Eu sou moradora há 12 anos. Fico feliz em ter que, que vai haver, essa construção dessa nova cidade, mas preocupada, ao mesmo tempo, em respeito a nossa educação e saúde. Nossa região, a DF-140, hoje a gente tem dois postos, duas UBS, que não nos atende. Eu li aqui, eu não sei, depois eu vou dar uma lida em todo projeto, aqui fizeram um levantamento onde eles citaram três condomínios, talvez um foi errôneo, né? Não sei, eu vou dar uma lida depois. Foi citado o condomínio Mônaco, o Quinta Santa Bárbara e o outro eu não vi, mas eu vou dar uma olhada. O Quintas, que eu saiba, é onde eu moro. E lá, nessa, na escrita aqui, está dizendo que foi um comparativo com relação à RA do Jardim Botânico, não é? Em questão do socioeconômico. E assim, eu não acredito que seja. Porque eu moro lá e lá a gente não tem famílias lá que não recebe nem um salário mínimo. Então assim, seria bom, se viesse mesmo esses equipamentos públicos, mas agora, para atender também aqui a nossa região, agora. Sei não tem nada a ver, mas assim, eu acho que a gente tem que ver mesmo, realmente, quando o Antônio fala, que temos que fazer não só ambientalmente, mas a questão de ônibus, questão de educação e saúde. Obrigada.

Nathália Almeida (1:19:40)

Obrigada, senhora Ozerina. Eu gostaria de passar a palavra então, de acordo com a sua observação, para equipe, em relação à questão da qualificação socioeconômica, porque o apontamento que a senhora Ozerina traz, e do ponto de vista da possibilidade de alteração desse diagnóstico para que ele reflita mais a situação fática aqui, como a senhora Ozerina colocou, de uma comunidade específica aqui da região. E também da TERRACAP, em relação... Ou para vocês mesmos do consórcio, para esclarecer a questão dos equipamentos previstos, se já tem alguma diretriz para a questão de saúde, enfim, como é que está isso?

Christian Della Giustina (1:20:32)

Maria Rita, nossa consultora de socioeconomia, geógrafa, doutora.

Senhora Maria Rita Fonseca (1:20:38)

Sim, boa noite. A questão da socioeconomia, como a gente trabalha com as áreas de influência, aquela, aquele número que você viu é a renda mensal média para RA Jardim Botânico, não especificamente para o que a senhora reside. (f) Não, a Quinta Santa Bárbara ela está dentro da área de influência direta do empreendimento, mas não foi feito esse levantamento da renda para o condomínio, é feito para a RA. Então para a RA, a renda média mensal é aquela. E esses dados a gente, é da, do PDAD de 2021, que é um dado oficial que a gente tem para o Distrito Federal. Eu não tirei, eu não fiz um censo. Eu retirei dessa informação, do DF. (f) Sim, isso é uma questão de escala que a gente está trabalhando, certo? E aí para dar... Oi? (f) Exatamente da RA Jardim Botânico. Especificamente para condomínio nós não temos esses dados levantados por condomínio, então por isso que a gente trabalha com áreas de influência. Certo?

Paulo Cavalcanti (1:21:42)

Gente, a gente enfatizou a oportunidade de ter uma agência governamental fazendo esse empreendimento, que é exatamente esse. Estão sendo reservados, vamos voltar para o mapa, mas estão sendo reservados áreas e terrenos para equipamentos regionais, ou seja, o hospital geral dessa região sul/sudeste, DF-140, é, está previsto no Tororó. A delegacia, vamos dizer assim, o equipamento de segurança, está previsto no Tororó. O centro de ensino médio de uma região como essa vai ser no Tororó. Aquele terreno azul quadrado, que fica mais junto da intercessão da 251 com a 001, é previsto,

institucionalmente, para que sejam universidade. Há interesse da agência, da TERRACAP, que seja uma universidade. A gente não vê isso nos loteamentos privados. É isso que eu enfatizei, ou seja, o Alphaville, lá na frente, a 15 km e a 7 km e meio daqui, bem no meio da DF-140, a gente não vai encontrar o local com hospital regional. No Tororó, tem. Lá, a 15 km também não vai ter, nem para atender o ABC, os loteamentos privados. No Tororó está previsto um terreno específico para um hospital regional, por exemplo. E instituições de ensino, tanto de governo quanto particulares. A oferta de habitação muito importante, é com mais oferta de lotes e de unidades habitacionais que cai o preço da habitação. Se não houver oferta, o preço sobe. Se você não tem oferta de terrenos, o preço sobe. Se a gente tem mais oferta de apartamentos, o preço do apartamento desce. É o papel da agência, é esse. Garantir a oferta. É assim que eu penso. (f) Em torno de si, em função daquele restrição do próprio IPHAN, o bairro vai se situar em torno de seis pavimentos. Isso é uma restrição, eu até acho que deveria ser mais, mas em função do IPHAN, são seis pavimentos.

Nathália Almeida (1:24:13)

Obrigada. Então, vamos dando segmento à listagem. Vou chamar aqui então o senhor Guilherme Jargano. Falei, certo? Ele é representante do Fórum de Defesa das Águas, do Clima e do Meio Ambiente, vai falar sobre preservação como área de recarga de aquífero e tem cinco minutos para fazer uso da palavra.

Senhor Guilherme Jargano (1:24:31)

Primeira... Boa noite a todos. Eu queria fazer uma contestação de que está tudo certo os expositores terem 30 minutos para falar, mas eu acho que o público deveria ter mais tempo do que três, quatro, cinco minutos. Só para deixar registrado. Eu queria fazer alguns contrapontos aqui na apresentação dos dois expositores. Primeira, primeira questão é que parece que diminuir a recarga de aquífero é uma coisa menor, uma coisa quase sem importância, mas no atual momento que a gente vive com as questões climáticas, a supressão do cerrado significa não ter água nos aquíferos. Não adianta botar gramado, gramado não vai absorver água além de 10, 20 cm. Só o cerrado é capaz de jogar água lá embaixo nos aquíferos que fica ali a 20, 30 m de profundidade. Então, isso é significativo para o momento climático que a gente está vivendo, no Distrito Federal, onde tivemos esse ano 167 dias de seca. E agora vieram as chuvas, chuvas que podem ser muito violentas. E logo em seguida virá outra seca. A própria ADASA já previu, um novo problema hídrico no Distrito Federal nos próximos um, dois anos. Então, não é pequeno esse impacto. Ele é absurdamente grande. Absurdamente grande. Fora outras questões, por exemplo, o nosso amigo ali falou que esse empreendimento vai trazer pessoas, vai botar as pessoas para trabalhar e viver ali. Só que essas pessoas vêm de fora. Elas não são daqui. Então, o impacto no trânsito vai ser violentíssimo. Eu levei uma hora para chegar do Lago Sul aqui. Uma hora do Lago Sul aqui. Imagina, com mais 100.000 pessoas morando aqui, quanto tempo a gente vai levar? Muito mais do que isso. Fora isso, é uma falácia, me desculpe a palavra, dizer que está com déficit habitacional no Distrito Federal, não está. Nós temos mais de 150.000 imóveis desocupados no Distrito Federal. E esse bairro que estão querendo criar aqui, uma cidade, como diz nosso amigo, ele é para pessoas de alta renda. Se fosse um programa habitacional de, para pessoas de interesse social, de baixa renda, era até compreensível, mas não esse tanto. Era até compreensível, mas não esse tanto. Então, eu acho que tem várias questões, que é importante a gente levar em consideração. A TERRACAP não está preocupada, desculpe os funcionários da TERRACAP, tem umas até que eu sou companheiro de trabalho no CGT, do PDOT, mas a TERRACAP não está preocupada com o déficit habitacional. TERRACAP está preocupada com a arrecadação. Preocupada com o lucro. Assim como os empreendedores desse projeto. Eles não estão aqui preocupados em fazer um bairro, ter infraestrutura, hospital, maravilha, não. Eles querem vender e ganhar lucro. Legítimo. Não tem problema nenhum em relação a isso. Todas as pessoas têm direito a ir atrás do seu empreendimento. Só que o momento que a gente está vivendo, e que estende a se agravar, é absurdamente preocupante. Que é as questões climáticas. Nós só, vimos o que aconteceu no Rio Grande do Sul, e vamos ver aqui em Brasília, piores momentos em relação de que, cada vez que o cerrado é suprimido, pior fica a nossa situação. Por quê? Primeiro, recarga de aquífero. Segundo, captação de carbono, que diminui também absurdamente. Então, o IBRAM, me desculpe o IBRAM, deveria mudar a sua metodologia de avaliação de impacto. Deveria considerar as questões climáticas e

a captação de carbono, que é fundamental, fundamental. Se o IBRAM considerar, nos seus estudos de impacto, as questões climáticas, esse bairro não vai ser construído. Com certeza não vai. Porque isso vai ser... E nós estamos falando de 7.000.000 m². Nosso amigo ali falou 750 há, e significa 7.500.000 m². Ok? Então, só para deixar claro, trazer essas questões para vocês analisarem e pensarem, e mais uma questão que eu vou colaborar aqui com meu amigo, que é a divulgação dessa audiência. Não houve divulgação. Eu fiquei sabendo por uma amiga. Eu sou do Fórum em Defesa das Águas, estava num (Voz Masculina: 10 segundos), estava no seminário. Estou terminando, só para concluir. Estava no seminário do Ministério Público sobre o PDOT e fui avisado. E só uma questão, só, o PDOT está sendo revisado agora. A sua revisão. Esse estudo, esse impacto, esse empreendimento, não deveria ser projetado enquanto essa revisão não for aprovada pela Câmara Legislativa. Que lá, até lá tudo, pode mudar. Muito obrigado.

Nathália Almeida (1:30:14)

Seu Guilherme, muito obrigada pelas contribuições. Eu destaquei aqui alguns pontos da fala do senhor, sobretudo aqueles que dizem respeito ao Brasília Ambiental. Eu farei alguns esclarecimentos e depois passo a palavra para TERRACAP, enfim, para o Consórcio, para falar sobre dispositivos de recarga de aquífero, porque esse é o principal ponto técnico, que foi, que foi destacado e se tem algum esclarecimento adicional sobre essa questão. Tá, Christian? Então, sobre o tempo de fala, como é uma audiência que tem, a gente esperava realmente muitas pessoas, a gente sempre se prepara para dar tempo e oportunidade para o maior número possível de pessoas. Então, esse tempo destinado, ele é pensando sempre numa audiência, numa audiência, como é, como a de hoje, onde temos muitos participantes, para oportunizar o tempo de fala. E se a gente for somar o tempo de cada um daqui, certamente é um tempo muito maior do que nós temos aqui dos nossos expositores. Então, eu peço a compreensão de todos, quanto a essa questão do tempo, e acredito que seja razoável para que a gente tenha um bom andamento dos trabalhos. Se tem alguma contribuição que não pôde, que não coube no tempo de fala, a gente receberá através dos nossos e-mails, como eu falei lá no início, e também havendo tempo hábil, no final, a gente retorna a palavra para aqueles que quiserem, tá ok? Bom, em relação à metodologia que o senhor bem colocou, de fato os estudos ambientais, eles ainda não alcançam as modelagens de emissão de gases de efeito estufa, por exemplo. Apesar de que, desde 2013, nós temos uma lei, que é 5.113/2013, que exige que os licenciamentos ambientais tenham uma modelagem, uma simulação, dos impactos ambientais através, como se fosse simulando quais são as emissões a partir daquele projeto, fazendo como se fosse uma imitação daquilo que seria projetado para lá. Essa lei nunca foi regulamentada, mas apesar disso, nós estamos dentro do Conselho de Meio Ambiente, lutando muito para que essa regulamentação saia o mais rápido possível. Temos alguns conselheiros também da sociedade civil nos ajudando na construção dessa norma. E a boa notícia é que isso já está acontecendo e que, para nossa surpresa, o IPEDF, ele já lançou uma calculadora que faz a simulação dessas demissões para projetos, quaisquer, com quaisquer características, com quaisquer tamanhos. Então, se a gente fosse fazer um exercício aqui de pegar os dados do projeto, a gente teria uma aproximação do que seria o impacto desse projeto em termos de emissão de gases de efeito estufa. E nesse sentido, nós vamos recepcionar a contribuição do senhor, no sentido de buscar acelerar cada vez mais a regulamentação, solicitar o Secretário de Meio Ambiente e aos conselheiros, do Conselho de Meio Ambiente, priorizar esse trabalho que já vem sendo executado. Eu estou lá também participando desse trabalho. E eu agradeço a sua contribuição. Vou passar então a palavra para o Christian, para você poder trazer Christian, alguma questão específica de recarga e se esse projeto tem alguma diretriz específica, já que ele é um potencial, né, uma área de recarga de aquífero relevante.

Christian Della Giustina (1:33:46)

Bom, desculpa, qual o nome do senhor? (f) Bom, obrigado, senhor Guilherme, pela fala. (f) Não, então, com relação à recarga, de forma alguma a gente menosprezou que isso é um impacto irrelevante, de forma alguma. Ele é impacto importante e ele tem medidas específicas para isso, mas eu gostaria de, assim, fazer o raciocínio em cima do que o senhor falou. O senhor falou que só o cerrado, só área de cerrado, recarrega os aquíferos profundos. Então hoje a área não recarrega nada. Se o que o senhor está falando é verdade, o cerrado, a área, não contribui em nada com recarga de aquífero. Não tem cerrado

lá. OK. Mas hoje não tem. E também, assim, desculpa, mas essa premissa de que gramado não recarrega ela não é verdadeira. Ela não teve, não tem base científica. Então, eu gostaria que você mostrasse os dados disso que uma área gramada não infiltra água. Eu... Se ela vai pro solo, ela vai pra rocha. Então, o senhor me mostra esses dados, porque a ciência não entende dessa forma. Lembrando assim, que a gente está na fase de concepção. Então, existem tecnologias para compensar essas áreas impermeabilizadas. E a ideia é que o estudo, no momento certo, a gente está numa fase de concepção, que aprende... Que o estudo... numa fase aí de detalhamento dos projetos, com certeza, a essa parte de recarga artificial de aquíferos ela vai estar contemplada. 50% de áreas permeáveis. E, sobre a questão, eu não falei também déficit habitacional, eu falei que existe um crescimento demográfico elevado. Foi isso que eu falei, eu falei em déficit habitacional. Eu acho que é isso.

Nathália Almeida (1:35:58)

Obrigada. Vou passar então a palavra à senhora Romina Capparelli. Ela é representante de Urbanistas por Brasília. Ela vai falar na deficiência na divulgação da audiência e tem 5 minutos para fala.

Senhora Romina Capparelli (1:36:12)

Deficiência na divulgação e outros, que não deu para escrever tudo.

Nathália Almeida (1:36:16)

Ah, não coube outros. Certo.

Senhora Romina Capparelli (1:36:18)

Bom, retomando então, como a senhora... eu moro aqui na verdade desde 1984, eu moro na DF-140. Imagino que devia ter gente que nem era nascida aqui, eu já estava morando aqui na DF-140. E, apesar disso, de morar no km 4, só na segunda-feira eu vi a primeira divulgação, inclusive colocada ali no balão, uma faixa abaixo do nível da pista, que eu tive que parar de carro para ir lá tirar uma foto, porque ainda tinha um link de mais de 50 caracteres. Imagino que as pessoas que andam de ônibus ou de moto ou de outra forma tiveram menos condição ainda de ver o dia que vai ser. Entrei em contato com a Administração do Jardim Botânico, que me disse que a audiência pública seria terça-feira passada. Apesar de eu ter contestado, depois que eu vi a faixa, eles não me responderam. Então assim, em termos de divulgação realmente tá, foi muito complicado. Sobre a questão de recarga de aquíferos, como Jagano já falou, eu vou passar sobre essa questão dos riscos. Mas também, apesar disso, é uma faixa assim, proporcionalmente pequena, a questão da erosão, você levando em consideração uma área de 7.500.000 m², se torna significativa. E a gente vê que o que tem de sugestão sobre drenagem urbana são lagoas de contenção. Isso era válido, bacana, na década de 1970. Hoje em dia isso é o que há. Está aí o drenar DF para mostrar, isso é o que há de mais ultrapassado que tem. Hoje em dia a gente trata de drenagem urbana sustentável. A questão da lagoa, ou ela é feita no caso dos condomínios particulares, que realmente não tem outra forma de trabalhar a questão da drenagem urbana, ou simplesmente como um residual, o que não foi infiltrado próxima à chuva, o que você não consegue captar aquilo ali ou absorver de outra forma, aí você vai para uma lagoa. Porque isso urbanisticamente falando, aliás, esqueci de falar, sou arquiteta e urbanista, urbanisticamente falando, não há nada pior para um tecido urbano do que essas lagoas cortando o terreno. Talvez pior mesmo só a DF-140 passando como eixo de uma área comercial que supostamente deveria ser ligada à outra parte. Mas aí é uma questão de desenho de projeto, que isso ainda dá tempo de mexer. A questão da manutenção de áreas verdes, também já falou. A questão da Zona Urbana de Uso Controlado, essa questão da baixa, de supostamente não se ter uma baixa densidade, aquela que foi apresentada de dados, de você ter nas superquadras do plano piloto, de 15% de construção para 85 de área verde, foi isso que segurou o Plano Piloto na época da pandemia. É o que hoje em dia você tem nessas áreas verdes, que você tem uma área verde, que faz de Brasília patrimônio da humanidade. Não vejo por que, tudo bem, não precisa ser 15/85, mas não vejo por que apresentar essa baixa densidade do Plano Piloto como algo indesejável, muito pelo contrário. E voltando à questão da área de influência direta, não foi considerada, apesar de ter sido comentado aqui, não foi considerado

a parte de Goiás, Jardim ABC, que funciona muito proximamente aqui a toda essa região aqui do Tororó. Então, ao mesmo tempo que ela é comentada aqui, a gente sabe, quem mora aqui, sabe que aqui é caminho para Valparaíso, para Luziânia. Isso não está sendo considerado aqui, essa parte de passagem, e como a população de Goiás vai, está sendo considerada, está sendo incluído tanto para a parte de demanda de habitação, ou não, e também essa questão da circulação. Com relação à questão da demanda habitacional, eu queria saber, primeiro, como que, com que demanda está sendo, já que não estamos falando de déficit, qual o número dessa demanda que está sendo tratada para essa região e, principalmente, perfil socioeconômico dessas pessoas? E de que forma isso que está sendo previsto para aqui, se enquadra no PLANDHIS, Plano Distrital de Habitação de Interesse Social? Porque ontem mesmo, nesse evento sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que nós estivemos, o que foi dito é que você não tem mais, as áreas que se encontram atualmente previstos no PDOT para habitação de interesse social, excedem a demanda e, inclusive, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação está pensando em devolver, em retirar, essas áreas de habitação de interesse social, está sendo, para devolvê-las, porque não tem mais essa demanda. E vou encerrar por aqui então, outras contribuições eu encaminho, se for o caso, por e-mail.

Nathália Almeida (1:41:17)

Perfeito, obrigada. Eu fiz alguns destaques da sua fala, Romina, e aí eu... Eu vou passar então a palavra novamente para o Christian, mas, eventualmente, assim, se a TERRACAP também puder trazer alguns esclarecimentos, sobretudo em relação ao que se tem de visão, de projeto, para a questão da infraestrutura, apesar de que essa não é uma etapa ainda que a gente discute com maiores detalhes, porque a gente ainda está falando do projeto, não, como se fosse ainda um esboço, a gente não tem detalhamento de projetos, de infraestrutura tão, tão precisos nesse momento, ele é feito na etapa seguinte. Mas se puderem, se existir alguma, já, alguma diretriz ou alguma visão sobre isso que puder ser compartilhada. E também, novamente com o Christian, se faria, como é, como é que seria essa questão da área de influência compreender municípios aqui da RIDE e, enfim, já soubemos que alguns, algumas informações, estão inacessíveis na PDAD. E, enfim, não sei se é o caso também, então eu passo a palavra.

Christian Della Giustina (1:42:37)

Eu vou começar de trás, da última pergunta, depois vou passar para o, da drenagem, não sei se o Paulo ou se o Fernando, que é engenheiro, ou o Gustavo, são os engenheiros da infraestrutura. Assim, tecnicamente não tem problema de inserir os dados. A gente baixa do IBGE, os dados do ABC, do São Bartolo... São Sebastião, né, que foi pedido? Não, não, é a Cidade Ocidental. O ABC é Cidade Ocidental. É. Eu não sei se a Maria Rita concorda...

Maria Rita Fonseca (1:43:23)

Dado à época que foi elaborado o estudo, o censo do IBGE, ele não estava divulgado, o de 2022. Então, eu preferi usar os dados do PDAD 2018. Então, o PDAD 2018 ele não pega a região do estado de Goiás. Como temos agora o censo 2022, é possível, eu já estava pensando com a pergunta da senhora sobre a socioeconomia, que com o censo atualizado, porque eu não quis pegar de 2010, porque seria um dado defasado. Então, peguei o de 2018. Sendo agora de 2022, nós temos a capacidade de trazer por setor censitário, que fica um dado muito mais aderente ao território. Eu posso pegar dos condomínios, refazer, para as áreas de influência direta à poligonal do empreendimento e aí, da indireta também, considerando a área lindeira, então, do estado de Goiás. Então, por esse motivo, eu não quis pegar de 2010. Deu para ouvir? Quer que eu repita? Está bem. Ah, e só já complementando, o que a senhora colocou, sobre o perfil socioeconômico, eu acredito, como a gente viu aquela pirâmide etária, você viu que ela estava bem gordinha no meio? Então, ali é a população economicamente ativa, de 25 a 60 anos de idade, mais ou menos. Então, como proposto no plano urbanístico, era de essas pessoas elas permanecerem por essa área. E em outros estudos que eu faço também, socioeconômico aqui na região, quando eu fiz o levantamento, muitas pessoas de São Sebastião já trabalham por aqui. Elas não vão ao Distri... ao Plano Piloto, elas são economicamente ativas na região. Tá?

Gustavo Diniz (1:45:24)

Bom pessoal, me chamo Gustavo. Eu responsável, o engenheiro responsável pelos projetos de infraestrutura. E sobre a relação do projeto de drenagem, a gente ainda está num estudo bem conceitual, bem na concepção inicial, ainda os projetos. A gente está estudando as melhores maneiras de minimizar os impactos das águas pluviais, com jardins verdes e também com sistemas de drenagem que hoje a gente está usando que são de bocas de lobo com infiltração já para o solo que vai, que pode contribuir para justamente essa reposição de água nos aquíferos. Então, a gente vai aproveitar as próprias bocas de lobo com, fazendo caixas e furos, com sistema drenante, para justamente infiltrar o solo e diminuir os impactos e a vazão que chega justamente nessas bacias de retenção. Então assim, a gente já sabe que infelizmente não tem, vão ter que existir bacia de retenção, pela quantidade de chuva, pelo tempo de recorrência que tem, que está cada vez maior, mas que essas ações, que a gente ainda está em estudo conceitual, vão tentar minimizar de uma forma grande esses impactos que podem acontecer, de infiltração e de tamanho de bacias. Então, ainda é um projeto inicial. A gente ainda está com alguns estudos, a gente está com novas tecnologias, estudando junto com a TERRACAP, enfim, com toda a equipe deles, para realmente apresentar, na hora que for apresentar um projeto mais elaborado, enfim, quando realmente bater o martelo sobre a infraestrutura, a quantidade de pessoas, enfim, todo loteamento, tudo o que vai acontecer, a gente vai realmente dar uma solução melhor do que já está sendo executado hoje. Então, as bacias realmente vão acontecer, vão ser necessárias, mas claro que a gente vai tentar mitigar todos os impactos no decorrer, com essas bacias de infiltração, com esses campos de jardins verdes, que a gente está propondo já nesse projeto conceitual que a gente está elaborando. Tá?

Nathália Almeida (1:47:28)

Obrigada. Eu vou agora, então, pessoal, passar para as contribuições que chegaram naquele primeiro, naquele primeiro momento. (f) Ah. Ah sim, desculpa, perdão. Eu pulei uma pergunta, na verdade, aquelas colocações relativas a... eu fiz anotações aqui. À demanda, perfil socioeconômico já foi. Perfeito. TERRACAP, vocês, cadê? Na verdade, é uma colocação mais em relação à... À questão de habitação de interesse social, perfil socioeconômico para essa região em relação à demanda hoje no Distrito Federal. Se é uma, o que se pensou em relação ao perfil socioeconômico e como entra a questão de habitação de interesse social e o PLANDHIS. (f) A TERRACAP...(f) é...

Marcella Furtado (1:48:47)

Alô. Oi, meu nome é Marcella. Eu sou arquiteta da TERRACAP. Então, o projeto ele é todo feito baseado nas diretrizes da SEDUH. Então assim, a estimativa populacional, tudo isso vem das diretrizes. No caso do Centro Urbano Tororó, não existe essa previsão nas diretrizes de área para habitação social. Então, isso já vem também definido nas diretrizes da SEDUH. Então, nesse projeto, especificamente, não tem. Ali não é área de ZEIS. Então assim, não foi definido para esse processo, para esse projeto. Então, nesse caso... (f)... O perfil é do Jardim Botânico como um todo, não é, que foi feito... (f)

Voz de Homem (1:49:34)

Vou solicitar a gentileza de sempre falar ao microfone, por favor.

Marcella Furtado (1:49:37)

Desculpa. O perfil, como ela, foi feito de acordo com o perfil da, socioeconômico, da região do Jardim Botânico como um todo. Então, isso que é o...

Senhora Romina Capparelli (1:49:46)

Então é média/alta renda?

Marcella Furtado (1:49:48)

Aí, é por aí. Oi... (f)

Senhora Romina Capparelli (1:49:55)

Pois é, eu quer... a pergunta é simples assim, quem disse que precisa de 100.000 pessoas morando aqui?

Marcella Furtado (1:50:01)

A SEDUH que, A SEDUH, Secretária de Habitação...

Senhora Romina Capparelli (1:50:04)

E onde está esse dado? Tem?

Marcella Furtado (1:50:05)

Na diretriz. Está na diretriz, na diretriz, ela tem a previsão de população para essa área.

Senhora Romina Capparelli (1:50:11)

Então, tem a...

Marcella Furtado (1:50:12)

Inclusive, a norm... o projeto...

Senhora Romina Capparelli (1:50:13)

A SEDUH diz que essa área...

Marcella Furtado (1:50:15)

O projeto ele está a quem da população prevista. A SEDUH previu uma população maior. O projeto...

Senhora Romina Capparelli (1:50:22)

Qual é a população prevista?

Marcella Furtado (1:50:23)

114, eu acho, mil habitantes.

Senhora Romina Capparelli (1:50:26)

Eu tinha visto uma de 110...

Marcella Furtado (1:50:27)

Acho que é 110-114.

Senhora Romina Capparelli (1:50:30)

110 ou 113, alguma coisa assim.

Marcella Furtado (1:50:31)

É porque tem a zona A e zona B. A zona B, que é a zona do parque, não está sendo contada.

Senhora Romina Capparelli (1:50:34)

Média alta renda, perfil média alta renda, ou seja, o PDAD para o Jardim Botânico.

Marcella Furtado (1:50:39)

Tem lotes, assim do projeto, tem lotes de 200 m². Então assim, isso vai depender da demanda na época, porque agora é um estudo, é um estudo, a gente não tem ainda...

Senhora Romina Capparelli (1:50:59)

Sim, mas um estudo parte de uma encomenda, né? Então, a encomenda que foi feita...

Marcella Furtado (1:50:54)

A gente está pensando em vários, em lotes, em, assim, habitações vários segmentos, tanto...

Senhora Romina Capparelli (1:51:00)

Então, o 200 m² vocês consideram que a média-alta renda?

Marcella Furtado (1:51:04)

Não. Eu estou falando que a gente está pensando em vários segmentos da população, inclusive, habitações multifamiliares também, entendeu? E habitações unifamiliares. Então, assim, a ideia é que seja um centro urbano que abranja várias, várias é...

Senhora Romina Capparelli (1:51:21)

Então não corresponde ao que é o Jardim Botânico. Porque o Jardim Botânico é média-alta renda.

Marcella Furtado (1:51:26)

Não necessariamente. Aqui é um, a gente... A diretriz do centro urbano, é um centro urbano, então assim não é um bairro de condomínios...

Senhora Romina Capparelli (1:51:33)

Não, o centro urbano é uma falácia. É uma cidade. Águas Claras é uma cidade.

Marcella Furtado (1:51:38)

Sim, mas que engloba vários segmentos da população. A ideia é que...

Nathália Almeida (1:51:43)

Perfis, tem vários perfis, né? Pelo que eu estou entendendo, né? Tem vários perfil.

Marcella Furtado (1:51:44)

Não é específico para um perfil, não é, alta e média renda aí, a gente está tentando abaixar.

Senhora Romina Capparelli (1:50:49)

O que eu estou querendo saber, o que foi um encomendado, que foi o pedido?

Marcella Furtado (1:51:54)

Não, não foi pedido. Foi feito. Foi feito um pedido para uma nova região, de acordo com as diretrizes que SEDUH estabeleceu. Então a gente está propondo um leque de possibilidades ali que a gente tá agora vendo o que vai ser viável ou não.

Senhora Romina Capparelli (1:52:10)

E essas diretrizes estão num estudo que foi divulgado naquele link?

Marcella Furtado (1:52:13)

Sim. Tem a DIUPE e tem a DIUR também. A DIUPE, inclusive, é desse ano.

Senhora Romina Capparelli (1:52:18)

Com esse quantitativo de pessoas?

Marcella Furtado (1:51:20)

Sim.

Senhora Romina Capparelli (1:51:21)

Tá. Muito obrigado.

Marcella Furtado (1:52:22)

De nada.

Nathália Almeida (1:52:23)

Perfeito. Obrigada. Vamos então dar segmento com a, com aquelas que a gente recebeu naquela primeira... Logo após a apresentação. Eu vou pedir a todos que tentem se manter em silêncio para não prejudicar a transmissão, por aqueles que estão nos acompanhando pelo YouTube. Então, nós recebemos aqui a contribuição do senhor Lucas Aragão, por escrito. Ele diz assim: “sabemos que o empreendimento é bastante significativo para a região, inclusive no que se refere ao trânsito, diante disso, há informações de novas vias ligando o Jardim Botânico ao Lago Sul? Inevitavelmente, se não houver novas vias, o trânsito vai travar”. Senhor Lucas, eu agradeço a contribuição do senhor, de fato, é um projeto que não está contemplado aqui na, naquilo que a gente tem hoje, na nossa audiência, sendo apresentado. Não existe no Brasília Ambiental nenhum projeto apresentado de uma via que liga, novas vias, ligando o Jardim Botânico ao Lago sul. Tá? Mas aí eu vou fazer o registro. Nós faremos o registro da sua contribuição. Nós agradecemos. E reiteramos que não existe nenhum projeto no Brasília Ambiental até o momento. Tá bom? Temos aqui a contribuição do seu Roger Souza. Ele diz: “como será feita a recarga do aquífero, já que a área drena para Cachoeira do Tororó, que já está com redução de água? Onde estão os equipamentos públicos de integração de transporte? Onde estão as áreas de transbordo de resíduos da

construção civil e resíduos volumosos?” Obrigada, senhor Roger, pela contribuição. Eu vou passar a palavra então para, novamente, ao Christian, para que, estão aqui os pontos, para que, se possível, possa nos esclarecer no mapa. E se o pessoal puder ajudar. Porque ele pergunta exatamente sobre localização. E se, se não for possível, enfim, para ter alguma diretriz, de onde seriam alocados.

Christian Della Giustina (1:54:32)

Bom, eu vou falar, e se você quiser complementar, mas assim, a água ela não, ela, o empreendimento, ele não consome água, não é? Então, ou a água vai estar infiltrada, ou ela vai escorrer, escoar superficialmente. Então, você não tem redução de vazão de água no sistema hidrológico. A não ser que você tem algum consumo. E aí, assim, a questão da recarga, o que, o que a gente tenta é mitigar com a impermeabilização é o que o Gustavo falou aqui no, naquela, no início, tecnologias de infiltração, aí ele deu um exemplo da boca de lobo. A bacia também, é uma bacia de que tem alguma infiltração. E outras tecnologias aí que vão ser propostas no detalhamento dos projetos. Em termos de vazão, você não muda o sistema hidrológico. (f) (...) Não tem mais cerrado na área. (f) (...) Bom, aí assim, a gente vai entrar em outra, outra discussão, né? Porque eu, entendimento pessoal, eu entendo que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, de acordo com a Constituição, é ele que define a função social da propriedade e ali não é uma área destinada a criar parque, né, a gente tem parques, outros parques que têm essa destinação. (f) (...) Eu estou respondendo à pergunta que ele me fez, se, objetivamente, se o empreendimento ele reduz a água da Cachoeira do Tororó. O que eu falei foi o seguinte, que a água é um dos elementos mais estáveis que a gente tem na natureza. Então, ela, a água, não vai sumir. E o que eu falei é que o empreendimento ele não é, não vai ter uso consultivo. Eu não vou estar usando, por exemplo, a água subterrânea dali, poço. Não tem poço. A CAESB vai interligar uma adutora que vai vir de Corumbá. Então, eu não vou consumir água. E no sistema hidrológico, a água não vai sumir, ou ela vai estar escoando superficialmente ou ela vai estar infiltrando e escoando subsuperficialmente. (f)(...) Claro que tem a perda por evaporação, não se é isso que o senhor vai falar.

Senhor João Sales (1:57:21)

Olha, eu quero me apresentar primeiro. Meu nome é João Sales, eu sou engenheiro de infraestrutura urbana, tá? Trabalho como consultor em várias coisas, já fui consultor, inclusive, do Banco Mundial também. E dizem que na vida o que importa é caminhar. Vocês estão trabalhando, não tem a menor dúvida. Ninguém está questionando o nível profissional de vocês, mas, infelizmente, está faltando muita informação. Eu vou lhe dizer basicamente uma coisa aqui, tá? Foi falado por...

Nathália Almeida (1:57:57)

Só um pouquinho senhor. Esqueci o nome do senhor. O senhor está escrito? Eu posso só seguir a ordem para gente não prejudicar os trabalhos?

Senhor João Sales (1:58:04)

Então, completando o que ele está dizendo, na verdade, a Cachoeira do Tororó já está sendo prejudicada, há muito. Inclusive, vocês nem citaram o Parque Ecológico do Tororó, que fica entre a CUT Tororó. Espera um minutinho, por favor. Fica entre o Tororó e o Setor Habitacional Tororó, que em nenhum momento vocês citaram. Não sei nem se vocês conhecem, tá? Bom, nesse caso aí, o que que vai acontecer? Nós estamos realmente numa situação muito difícil. É isso que eu quero dizer.

Nathália Almeida (1:58:40)

Perfeito. Nós vamos, eu vou pedir então que o senhor guarde suas anotações para a gente seguir a ordem e manter aí a dinâmica e harmonia dos trabalhos. Tudo bem? Eu agradeço, antecipadamente, a sua contribuição. Então, vamos voltar. Eu me perdi aqui. Já falamos, ok...

Christian Della Giustina (1:59:03)

Como eu falei, eu acho que o senhor não leu o estudo, não é? Porque lá no estudo está contemplado sim, dentro do raio de influência, o Parque do Tororó. Eu conheço, porque eu vim para Brasília com 1 ano de idade. Já fiz muito piquenique na Cachoeira. Eu conheço, conheço muito.

Nathália Almeida (1:59:19)

Eu acabei de verificar aqui na ordem da fala, que o senhor era o próximo. Me perdoa. Eu não tinha visto. Tinha me atrapalhado aqui com os papéis. Então, novamente, a palavra para o senhor João Sales. O senhor João Sales é consultor, ele vai fazer a sua manifestação sobre o Setor Habitacional Tororó e três minutos, três minutos pra fala, seu João.

Senhor João Sales (1:59:37)

Eu não vou, eu não vou me delongar muito, tá? Eu moro no Setor Habitacional Tororó há 30 anos e conheço a Cachoeira do Tororó. Se você foi com 1 ano para lá, sinceramente, você não deve ter tomado banho na Cachoeira. Se não você ia morrer, tá? Então, na verdade, o que eu quero dizer é o seguinte, está faltando muita informação em relação a esse novo Centro Urbano Tororó, tá? É muito grave, tudo o que está sendo falado aqui em relação à falta de informação. Eu não estou, veja bem, eu quero replicar, não estou criticando as profissões, o nível de conhecimento, mas eu estou só dizendo o seguinte, que está faltando muita coisa para nós chegarmos a uma matriz de impacto ambiental. Muita coisa, muita coisa mesmo, tá? Muita coisa, tá? Até, vou fazer, eu não sei, cadê o que falou? Eu não, eu acho que ele já foi até embora, um do de vocês aí, ele comparou a CUT com Águas Claras, tá? Eu quero dizer a vocês que eu tive a satisfação na... (f) (...) Eu tive a satisfação na minha vida de trabalhar na implantação de Águas Claras, numa empresa chamada Serveng-Civilsan, depois CAENGE, tá? E eu conheço bem aquela história toda, e o que se transformou Vicente Pires, que está a jusante da, exatamente a mesma posição que está a CUT Tororó e o Setor Habitacional Tororó. Vocês estão acima e nós estamos abaixo, ou seja, tudo o que vocês fizerem lá, cuspir, etcetera, de certa forma, vai e já está contribuindo lá conosco. Já está muito. E vou lhe dizer mais, eu gostaria, se o senhor quiser, a gente pode até fazer um, não sei se o senhor conheceu o Setor Habitacional Tororó, se foi visitar alguma vez lá. Foi?

Christian Della Giustina (2:01:35)

Fui um dos coordenadores do EIA/RIMA.

Senhor João Sales (2:01:36)

Ah, é? Olha aí. Então, veja bem, muito bom, importante. Então, eu posso até conversar com mais firmeza com o senhor, porque eu falei já o seguinte, isso aqui, já que o senhor disse que conhece, infelizmente está uma [termo inapropriado], tá?

Nathália Almeida (2:01:52)

Senhor, por favor, vou pedir para que mantenha o decoro aqui com a nossa audiência, por favor, tá? Então, o aviso aos demais, o meu pedido encarecido aqui para que mantenhamos o decoro, tá? Obrigada.

Christian Della Giustina (2:02:09)

(f)(...) Vou esclarecer, eu não falei que eu fui no Tororó com 1 ano de idade, eu falei que eu cheguei em Brasília com 1 ano de idade. (f)

Nathália Almeida (2:02:16)

Vamos lá, pessoal. Dando sequência aqui, vou convidar a senhora Maria Goretti Pinto para fazer uso da palavra. Ela tem alguns questionamentos sobre o EIA/RIMA e tem 3 minutos pra sua explanação.

Senhora Maria Goretti Pinto (2:02:32)

É... Boa noite. São tantos apontamentos aqui que, eu tenho que tenho pouco tempo, não é? Vou ter que, os urbanistas aí, os arquitetos, já falaram bastante, eu nem vou entrar, então, nessa questão. Vou me restringir mais à questão ambiental, que é a minha área de atuação. Estou aqui como cidadã, moradora do Tororó. Primeiro, eu gostaria de saber se a APA do Planalto Central foi convidada e se a Reserva da Biosfera também, né? O Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera. Eu li, fiz uma leitura dinâmica, mas eu li todo o EIA. E eu verifiquei que a Reserva da Biosfera não é falada, ela não é citada. E toda essa área está na zona tampão da Reserva da Biosfera. Justamente a zona tampão é para proteger as áreas núcleo da Reserva da Biosfera que são o Jardim Botânico e a Reserva Ecológica do IBGE. Bom, sobre a área de influência, eu não entendi também por que ela não abarca as áreas protegidas, a zona de influência vai só para a área ocupada? Então não está, não há nenhuma descrição sobre os impactos ambientais nas áreas protegidas, quais sejam, o Jardim Botânico, a própria APA do Planalto Central, e para ficar nas reservas de proteção integral, Reserva Ecológica do IBGE, que é a área mais pesquisada do cerrado, a Reserva Ecológica do IBGE. Tem inúmeras pesquisas de longo prazo lá. Não vou falar aqui do, anotei aqui, não vou falar do impacto do trânsito, que é óbvio, não é? Que não tem nada, absolutamente nada no EIA. Não fala sobre o impacto sequer, o impacto dos carros e da circulação, no atropelamento de animais, na fragmentação dos habitats, não tem uma linha sobre isso. A questão da população, não é? Assim, chega a ser uma Águas Claras, que o senhor ali, eu gostei da clareza e da sinceridade, que é trazer uma Águas Claras para ali. Eu comprei meu lote, construir minha casa, fugindo de algo que parecesse com Águas Claras. E aí (f)(...) Então, assim, completamente absurdo, não é. A RA, eu verifiquei, que no censo de 2022, a RA do Jardim Botânico tem 77.000 pessoas, habitantes. E aí vocês querem colocar 90.000. Lá no EIA (f)(...) No EIA fala em 117.000, mas aí aqui agora falou 90.000, não é? Enfim, ou seja, mais do que toda a RA do Jardim Botânico. Bom, aí ele falou que não tem nascente na área, mas no EIA fala que tem nascente, não é? Inclusive fala lá da APP da nascente. Tem foto lá da nascente. Bom, então, assim, em termos de, a questão dos impactos ambientais, a matriz dos impactos ambientais, ela foi de uma simplicidade tão grande que, na verdade ela foi simplória, extremamente. Ela não traz nada sobre os impactos de fato ambientais que serão causados, né? Ele perpassa, a matriz de impacto, ela perpassa, tangencia, mas não tem minimamente de forma... O diagnóstico, eu vou dizer, vou até parabenizar, que está razoável, bastante bom o diagnóstico, né? Mas depois ele degringola e não tem, a matriz de impactos é extremamente fraca. Bom, mas, então assim, são muitos questionamentos, né? Na verdade, todo o EIA, ele está fraco, ele não traz a questão dos impactos, ele não traz as, o cumprimento das... fala ali, ele falou ali, inclusive falou do plano de manejo da APA do São Bartolomeu. Eu desconheço esse plano de manejo, queria até ser apresentado para ele, porque a APA São Bartolomeu, infelizmente, ela está abandonada, então não tem plano de manejo, mas o, pelo menos eu desconheço, né? Não sei se o IBRAM fez o plano de manejo. Mas o plano de manejo da APA do Planalto Central, as normas ali não foram consideradas, né? A Reserva da Biosfera não foi considerada. Eu não ouvi também falar do plano de manejo da Reserva Ecológica do Jardim... da ESEC do Jardim Botânico. Enfim, as normas ambientais, eu realmente senti falta de...

Nathália Almeida (2:07:50)

Perfeito.

Senhora Maria Goretti Pinto (2:07:51)

...de verificar o cumprimento, porque na verdade não foram cumpridas.

Nathália Almeida (2:07:53)

Certo. Só um minuto. Eu acho que a gente já encerrou o tempo, não é? Eu gostaria só de alertá-la quanto ao prazo da, o tempo de fala.

Senhora Maria Goretti Pinto (2:08:01)

Ah, tá certo.

Nathália Almeida (2:08:01)

Porque eu acho que na ideia geral...

Senhora Maria Goretti Pinto (2:08:03)

Estou terminando, estou terminando. É porque tem esses vários, só para, de forma geral, né. Mas eu queria trazer aqui uma frase que realmente, também, do senhor da TERRACAP, esqueci o nome, que marcou, e eu acho que é esse empreendimento, é o sentido dele. Que ele falou que a cidade é pouco produtiva do ponto de vista econômico-financeiro. A cidade eu entendi, no caso, aqui o Tororó, né? E então, precisa passar por um projeto para construir uma nova cidade, para que ela seja produtiva do ponto de vista econômico-financeiro e não da qualidade de vida das pessoas, né, e do bem-estar das pessoas que aqui vivem. É que aqui, né? Nós estamos aqui. Então eu queria questionar, inclusive, para que serve uma cidade? Quais são os objetivos de uma cidade? E do ponto de vista ambiental, porque a gente tá aqui no, porque, né, eu nem sei onde é que serão tratadas as questões urbanísticas, né? Que todo mundo colocou aí, porque não teve nem oportunidade, né? Obrigada.

Nathália Almeida (2:09:06)

De nada. Eu... Senhora Maria Goretti, eu agradeço muito as colocações. Eu registrei aqui alguns pontos importantes. Em relação aos pontos que a senhora traz sobre a participação nesta audiência, da APA do Planalto Central, de fato o trâmite administrativo que nós temos hoje, em vigor, ele nos orienta no seguinte sentido, recebemos o estudo ambiental, encaminhamos para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e até o momento ele não nos retornou com alguma devolutiva em relação aos apontamentos que existem no EIA/RIMA, tá? E, em que pese eles não estejam aqui hoje, toda e qualquer contribuição que eles façam em relação aos estudos apresentados serão incorporadas. Então, de fato, a gente segue sim, o rito hoje, né, estabelecido e fica a sugestão para que, numa próxima oportunidade, a gente reitere a importância da presença deles na audiência pública, né? E agradeço a sugestão. Em relação (f) (...) Eu não tenho precisamente essa data, a senhora Maria Goretti, mas eu a gente pode verificar e entrar em contato em particular. A senhora deixou o contato, né? E a gente retorna com essa informação. Bom, em relação a alguns pontos que foram colocados, em relação a unidades de conservação, peço licença aqui para passar a palavra ao Marcos João, que é o Superintendente de Unidades de Conservação Substituto, para, pode ser Marcos? Para fazer alguns esclarecimentos, sobretudo naquilo que diz respeito a APA do São Bartolomeu, ao plano de manejo, né? Como foi colocado. E, se puder nos esclarecer, Marcos, porque eu também fiquei nessa dúvida, a questão da reserva da Biosfera, como que isso entraria? E se entraria, de alguma forma, na condução dos trabalhos e que poderia trazer para nós?

Marcos João da Cunha (2:11:07)

Boa noite. Meu nome é Marcos, eu sou superintendente substituto da Superintendência de Unidade de Conservação. Primeiro, sobre a APA de São Bartolomeu. Ela tem plano de manejo, sim. É a lei 5.344/2014, que publicou o plano de manejo da APA do São Bartolomeu. Inclusive, ela foi regulamentada, em algumas partes, por um Decreto 46.365/2024, se não me engano, agora, semana retrasada. A APA do Bartolomeu é a única APA, inclusive, que na Zona de Ocupação Especial, ela obriga todos os parcelamentos a deixar áreas permeáveis, inclusive, cria, são obrigados a criar RPPNs,

as zonas, área de servidão ambiental, justamente por causa da permeabilidade do solo. Ele é a única APA que tem isso. (f) (...) Exatamente, essa APA do São Bartolomeu ela é um pouco mais, exatamente, mais restritiva do que a APA do Planalto Central. Sim, sim, mais restritiva que a APA do Planalto Central. (f) (...) O empreendimento, 50% de área permeável. (f) (...) Sim, ah, depende das zonas, entendeu? A zona, a ZOEIA, por exemplo, que é a Zona de Ocupação Especial, eu acho que ela, essa APA, eu não sei se essa área está em, na, está na ZOEIA, na ZOEQ, né? ZOEQ então...

Nathália Almeida (2:12:46)

Quer falar, Paulo? Sobre, sobre esse ponto específico?

Paulo Bueno (2:12:51)

O empreendimento, ele se sobrepõe à APA São Bartolomeu, na parte leste apenas. Nessa parte leste, o plano de manejo da APA São Bartolomeu já levou em consideração que esse antigo local de plantio de eucalipto, que hoje já, até já foi suprimido, eles, eles já tinham um planejamento de uma cidade, que é, na época do governo Agnelo Queiroz, era chamada de Centro Financeiro da DF-140. Então, assim, esse plano de manejo levou em consideração esse planejamento e toda essa área que a APA São Bartolomeu ocupa, boa parte dele é ZOEQ que é uma Zona de Ocupação Especial de Qualificação, ZOEQ, né? (f) (...) Oi?...na ZOEQ, na verdade, ela é para o foco de desenvolvimento urbano, tá? Então, sobrepondo a APA São Bartolomeu e a APA Gama Cabeça de Veado, a gente tem APA do Planalto Central, que estabelece, na Zona de Uso Sustentável, a taxa de permeabilidade de 50%. Então, a regra mais restritiva, em termos de permeabilidade, são 50% da zona de uso sustentável da APA do Planalto Central. (f)(...)

Paulo Cavalcanti (2:14:28)

A taxa de permea... Não, agora comigo.

Nathália Almeida (2:14:30)

Senhor, senhor, senhor João, por favor, eu peço que mantenha a ordem dos trabalhos. Por favor, senhor João, por favor. Eu vou pedir encarecidamente que o senhor mantenha...

Paulo Cavalcanti (2:14:40)

É uma frase.

Nathália Almeida (2:14:41)

Ele ainda está no meio da fala, seu João. A gente retorna a fala seu João. (f) (...) Obrigado, senhor João. Então, vamos continuar? Posso passar? O senhor continuar o esclarecimento para a senhora Maria Goretti.

Paulo Cavalcanti (2:15:30)

Goretti, o que está sobreposto na APA do Planalto Central, tem 50% de permeabilidade, 5% de diferença com o Tororó. E é uma cidade densa, não é o Tororó que é de baixíssima densidade. A que superpõe ao São Bartolomeu está com a taxa de permeabilidade de 45%. Diferença entre os dois é só 5%. Então, é um dos bairros mais permeáveis já projetados em Brasília, né? O Taquari, por exemplo, é 36. Nós também trabalhamos no Taquari. Taquari está com 36, está projetado. Essas diretrizes, é uma opinião minha, dá licença, essas diretrizes, elas têm que ser discutida no âmbito do PDOT, que está em discussão, abrindo audiências públicas, com grupos de trabalho. A Romina sabe disso. Todas essas diretrizes têm que ser discutida no âmbito do PDOT. A gente quando pega, como consultor, para desenvolver o projeto de urbanismo, a gente tem que cumprir essas diretrizes. O fórum é outro, para a gente discutir permeabilidade, etcetera, a gente só cumpre o que a lei pede, o que a lei manda. (f)(...)

Nathália Almeida (2:16:54)

Só um minuto. (f) Eu vou prestar alguns esclarecimentos. (f) Perfeito. Perfeito. Senhora Maria Goretti, eu destaquei também da fala da senhora, alguns pontos que eu acho importante, vou alertar ao Christian e a equipe toda como um todo, porque a senhora traz aqui que algumas informações, elas não constam e de fato, eu vou pedir então, para que fique no encaminhamento da nossa audiência para revisar a versão do estudo, caso seja necessária a inclusão dessas informações, para que, de fato, elas sejam devidamente apresentadas. Do ponto de vista da sobreposição de normas e diretrizes sempre, vai prevalecer a mais restritiva. E, de tudo o que foi colocado, é isso que é o mais importante da gente ter como como foco e como alvo, em que pese o PDOT traga algumas diretrizes, o que vai prevalecer é o zoneamento da unidade de conservação que ali está, certo? Então, para tranquilizá-la em relação a isso, que eventualmente, se não foi observado no projeto, será observado no órgão ambiental. Tudo bem? Então, é um cuidado muito grande que a nossa equipe tem na condução dos trabalhos. É um processo que é analisado na esfera, na equipe do licenciamento, ele também passa pelas equipes dos órgãos gestores de unidades de conservação, no caso do ICMBio, ele também passa na Superintendência de Unidade de Conservação do Brasília Ambiental. Então, eventualmente, se não foi contemplado, ele certamente será observado, mas desde já, deixo esse encaminhamento, tá, Christian? Para gente fazer uma revisita ao estudo, ainda nesse momento, que pode ser entregue uma nova versão, ainda, o quanto antes, não é? Para contemplar todas as colocações dos senhores aqui nessa noite. E em relação especificamente à matriz...a reserva da biosfera você consegue, Marcos, prestar alguns esclarecimentos? Mas assim, antes de passar (f)(...) Eu sei, mas é importante falar isso, mas eu não me sinto assim, na condição de prestar esse esclarecimento, se puderem, eu passo já a palavra. Mas antes de passar, eu gostaria só de, também destacar a importância da revisitar, revisitar e corrigir, se necessário, Christian. E a gente pode fazer já de ofício, a matriz de impactos como um todo, o seu João também colocou a, talvez, que ela está aquém da que, da avaliação dos senhores. Então vou pedir cuidadosamente essa avaliação novamente. E também para especificar as questões de fauna que a senhora colocou, de fragmentação e esses impactos, eles estarem de fato contemplados no estudo, para que numa nova versão, que certamente virá depois dessa audiência, nós consigamos pegar tudo isso, tá bom? Eu agradeço demais a contribuição em passo para equipe aqui colocar algum ponto em relação à Reserva da Biosfera.

Paulo Bueno (2:20:05)

A lei que cria a Reserva da Biosfera do Cerrado, aqui no Distrito Federal, ela foi criada por conta de um programa da UNESCO, de Reservas da Biosfera da Humanidade. A lei ela só estabelece uma organização institucional para ter maior preocupação com o meio ambiente que ali se insere. A lei, ela não estabelece nenhuma norma, nenhuma proibição e nenhuma tipo de regramento em que a gente possa alterar ou limitar o projeto como ele está. O que vai definir limitações a esse projeto são as 3 principais APAs que estão sobrepondo a esse setor: APA do São Bartolomeu, APA Planalto central e APA Gama Cabeça de Veado. Além disso, a gente tem a zona de amortecimento da Estação Ecológica do Jardim Botânico e de, das outras unidades de conservação que compõem ali essa grande mancha verde de áreas protegidas, que é a área da Capetinga Taquara, a Reserva Ecológica do IBGE, que apesar de, tem esse nome por conta de uma resolução Conama que já está revogada, então, ela deveria ter sido recategorizada, mas ainda não foi, e as áreas, as áreas de Parque Distrital do Tororó e Parque Distrital, Parque Ecológico do Tororó. Então, essas são as principais unidades de conservação que vão normatizar, e deverão ser levadas em consideração, durante a análise do EIA/RIMA junto à equipe tanto do gestor de unidade de conservação quanto de licenciamento.

Nathália Almeida (2:22:04)

Obrigada, Paulo. Eu vou passar a palavra. Gostaria de antes de passar a palavra. Só um minutinho. Eu queria só fazer um alerta. Já são vinte e duas horas e quatro minutos, como a gente começou às dezenove e quarenta, nós temos, por aí quarenta minutos pela frente. Eu vou pedir, encarecidamente, que os senhores levem consideração que nós temos ainda quatro inscritos para falar, e... (f)(...) Ele é do IBRAM. (f) (...) Em absoluto, senhora, em absoluto. Isso não foi dito aqui em nenhum momento. (f) (...)

Diretrizes, perfeitamente. (f(...)) Mas elas não confrontam, em absoluto, com as das unidades conservação já estabelecidas. O que a gente traz, o que a gente traz é que elas são equivalentes e, em alguns pontos, as unidades de conservação são até mais restritivas, e... (f(...)) A senhora pode trazer um exemplo para a gente poder fazer o debate? Perfeito, perfeito. Eu vou pedir então para que a senhora, no final, possa fazer a sua contribuição de forma mais específica. E aí eu vou pedir então que a gente siga a, novamente aqui, a lista de inscritos. Eu vou chamar então aqui o senhor Allyson Sullyvan. Ele vai falar sobre impactos socioeconômicos. É, impactos socioeconômicos, e tem três minutos para fazer uso da palavra.

Senhor Allyson Sullyvan (2:23:54)

Boa noite a todos. Meu nome é Allyson, sou engenheiro ambiental. Queria falar um pouco sobre a matriz de impactos socioeconômicos. É que ela me espantou, assim, todos os impactos socioeconômicos que estão ali, estão listados como positivos. Assim, ou ela está muito errada ou está faltando informação, porque não é possível. Assim, eu não sei os senhores, mas eu estou cansado de acordar todo dia 5 e meia da manhã e ficar parado no trânsito do Jardim Botânico. É porque é inviável. É insustentável. Assim, eu não sei os moradores da região, quem trabalha aqui na região, porque todo mundo trabalha no Plano. Assim, ou a gente vai construir mais 2 pontes ou JK não vai aguentar. Porque não tem escoamento. Ou a gente vai para JK ou a gente vai para 040. Não tem para onde fugir, ou a gente volta àquela discussão antiga, assustadora, é de cortar a estação ecológica com a via. Inclusive, o estudo na página 29, tem um mapa muito estranho que tem um pedaço da via desenhado ali. Eu não entendi que mapa é esse? Porque não está explicado, né? É, e a questão do esgotamento sanitário me assustou também, porque assim, a CAESB não tem nenhum projeto para a região de esgotamento sanitário. O estudo mesmo fala que existe uma possibilidade com um orçamento assim, a CAESB tem essa verba? Ninguém sabe. Existe uma possibilidade. E assim, a ETE vai diluir aonde? Em qual o manancial? Porque o IBRAM mesmo sabe que o Melchior é uma dor de cabeça. O Melchior está lá. A gente não tem um Rio de vazão aqui adequado para fazer uma diluição de uma ETE para 90.000 pessoas. Eu não sei, eu não sei, se os senhores conhecem. A menos que a gente faz a diluição na água da cachoeira. Assim, eu não entendi onde que a gente vai fazer essa diluição dessa ETE. Gostaria de maiores esclarecimentos. E assim, me assusta muito essa questão de uma nova Águas Claras, como a Goretti falou. A gente fugiu de lá para vim para cá, justamente para ter paz e qualidade de vida, e agora a gente vai virar esse caos. Gente, o trânsito de Águas Claras é um caos, é um caos, é assustador. E assim, o estudo faz um levantamento das linhas de ônibus de toda a região, inclusive vai pegar as linhas de ônibus lá do São Sebastião, que não passam por aqui. E conclui que o estudo não precisa, que a região não precisa de novas linhas de ônibus. Gente, são 90.000 pessoas, como é que, alguém já viu um ônibus que vem do Goiás, lá do Jardim ABC às seis horas da manhã? Não cabe mais ninguém. Não cabe mais ninguém. Não é possível que o estudo fale que não precise de novas linhas de ônibus. É sim, é irrisório, é, isso não cabe. E não se fala nada no, eu sei que o estudo vai ter um impacto de vizinhança, porque tem que ter, por que o estudo não fala nada do sistema viário, assim, falar do sistema viário dentro do CUT, assim, ok, mas a gente vai sair daqui e vai passar por onde? Qual... Vai caber todo mundo naquela ponte? Não vai caber, gente. Desculpa, é isso.

Senhor João Salles (2:27:18)

Complementando, o que ele está falando...

Nathália Almeida (2:27:20)

Pessoal, nós não temos tempo hábil para réplica...

Senhor João (2:27:23)

São 90.000 moradias, são 90.000 moradias, não 90.000 pessoas. São 90.000 moradias multiplicado por 4 ou 5 pessoas...

Nathália Almeida (2:27:29)

Não, não, são 90.000 habitantes. Perf... (f) (...) Não, não. Senhor João, o senhor já fez várias intervenções, nós já recepcionamos várias delas. Eu vou pedir para que o senhor se mantenha na escuta das outras contribuições dos outros participantes. Por favor, por favor. Eu peço a organização que, por favor o senhor (f) (...) A gente vai ouvir os esclarecimentos, eu vou pedir para que aguarde... (f) (...) O senhor que está interrompendo, o senhor está interrompendo o bom andamento dos trabalhos. (f) (...) Obrigada, obrigada. Era um minuto só, obrigada. Então, pessoal, eu vou dar andamento aqui, vou passar a palavra...

Natália dos Anjos (2:28:41)

O próximo Nathália, próxima contribuição...

Nathália Almeida (2:28:43)

É, não. Eu vou passar a palavra aqui para, para a equipe da, enfim, Christian, ou alguém da equipe, ou enfim, a TERRACAP que possa prestar algum esclarecimento sobre a questão do esgotamento sanitário, que ficou bastante claro na fala do senhor Allyson e é um assunto que não surgiu ainda. É bem, é bem importante de ser debatido. E sobre a matriz socioeconômica, eu vou considerar a mesma revisão que a gente já propôs em outros momentos aqui da audiência, para que isso fique como encaminhamento, tá Christian? Por favor.

Christian Della Giustina (2:29:16)

É, tem muita questão, não é? Então, eu vou passar para o engenheiro...

Gustavo Diniz (2:29:26)

Bom, pessoal, mais uma vez, a questão do esgoto, a gente faz uma consulta previamente de viabilidade técnica para a CAESB, não é escopo nosso da, da infraestrutura, realmente, fazer os estudos. A CAESB, sim, que fornece todas as informações e faz todos os estudos referente ao empreendimento, tá? Então, assim, já foi passado para eles todas as informações questão de demanda, questão de córregos, questão ambientais, e eles, sim, têm a capacidade de fazer todos os estudos e, inclusive, de fazer a questão do lançamento, onde vai ser lançado, da forma que vai ser lançado, tá? Então assim, é um estudo que já está sendo realizado pelo corpo técnico da própria CAESB. Não é escopo nosso, tá, do consórcio, fazer esse estudo, mas claro que eles precisam de todas as demandas, de todas as ações, né, de todos os documentos que a gente gera, para realmente produzir esses estudos. Mas é claro que é uma, é uma, já foi consultado, já foi feita a viabilidade técnica e ambiental dessa ETE, da onde vai ser lançado. Já foi, eles já fizeram esse estudo previamente e já autorizaram, não é, assim, informaram que já tem, já tem estudos para atender a região, tá? Então, inicialmente essa, essa é a questão, tá bom?

Nathália Almeida (2:30:49)

Obrigada. É, lembrando que todos nós aqui estamos repassando todas as informações oficiais que nos constam nos processos, certo? Então, certamente as informações aqui prestadas, elas são a exata transcrição, ou aproximadamente, a transcrição do que está disposto nos documentos oficiais emitidos pela CAESB, certo? E são esses que são usados, nós temos acesso para prestar que os esclarecimentos para senhoras e senhores aqui, tá bom? Então, mais uma vez eu agradeço e gostaria de passar a palavra à senhora Maria José Andrade. Ela é representante da AETor. Vai falar sobre mobilidade, mobilidade e destinação dos recursos de compensação ambiental, e tem 5 minutos para fala.

Senhora Maria José Andrade (2:31:34)

Boa noite a todos. A gente, nem nos pesadelos, a gente imaginou um tanto de gente desse. Realmente é muita gente. Nós que estamos no Tororó, e a gente está desde 2000 e alguma coisa trabalhando, 2002, 2004. Como foi difícil licenciar Tororó. O ICMBio não deixou sair o licenciamento sem a manifestação deles. Agora, como é que sai o bairro de 93.000 pessoas sem a manifestação do ICMBio? É, eu acho que isso tem que ser registrado. O ICMBio está, o ICMBio realmente falhou nesse ponto. É uma cidade gente, 93.000 habitantes, é uma cidade. O ICMBio tinha que se manifestar. Outra coisa, nós estamos falando de um licenciamento já. Isso aqui já é uma prévia para a Licença Prévia. Por que que DER não participa? Olha só o que está acontecendo. Hoje, se a gente acompanhou os acidentes, se acompanharam os acidentes que aconteceram lá na estrada do Sol, foi bem grave. Tudo parou. Então assim, 93.000 pessoas sendo trazidas para cá, para sair daqui, realmente não dá. Passar tudo pela aquela via do Jardim Botânico pode triplicar, quadruplicar ela, que não passa. É muita coisa. Então, DER gente, estou dizendo para vocês, precisa nessas audiências públicas. Se fosse o condomínio lá de 26, 35 lotes, mas é uma cidade, é assustador, realmente. A gente quer hospital, a gente quer universidade, a gente quer escola, a gente quer tudo isso, mas, pelo amor de Deus, o preço está bem alto, não é? Realmente o Tororó foi bem sofrido para conseguir essas licenças. Sabe que a gente renovou recente e ali, ó, em cima de exigências e tudo mais, realmente apertou. Então a gente precisa do DER nessas audiências públicas. É realmente insustentável. Se der para, eu acho que tem que pedir para o DER a manifestação antes da Licença Prévia, a gente precisa desses estudos, deles, tá? E a outra coisa que a gente tem que sugerir, sugerir não, pedir para o IBRAM que isso seja trabalhado, é a, as compensa, a compensação ambiental do empreendimento desse tamanho, ela tem que ficar na região, né? Levar para as câmaras técnicas que decidem onde vão essas compensações. Nós temos um, o Parque Ecológico Tororó, que já tem plano de manejo. Falta implantação do parque ecológico. Temos o Parque Distrital Salto do Tororó todo nu, precisa desse dinheiro. Então, não tem dúvida que vai sair essa cidade. Infelizmente, a gente, vai sair, e a gente, e a gente precisa de coisas que eles vai trazer, que eles irão trazer, que essa cidade vai trazer. Mas o preço é bem alto. Então, que essa compensação venha para implantar o Parque Distrital do Salto do Tororó, o parque ecológico e outros cuidados mais que a região precisa, não é? Então, a gente está falando de uma monta muito alta de dinheiro que dá sim para que o Tororó, que a região da DF-140, tenha realmente esse cuidado, tenha pelo menos recursos, porque a gente fica aí brigando por um trequinho de asfalto aqui, outro trequinho de asfalto ali, de infraestrutura do Tororó que está todo no barro. Ano passado, eu tenho uma foto de uma ambulância que não conseguiu atravessar uma via, uma ambulância não conseguiu atravessar a rua, porque ficou atolada no barro. Então, a gente está falando de um vizinho pobre que realmente está aí brigando para o pedacinho de asfalto, pedacinho de infraestrutura, e aí vem um primo rico e realmente assim, de uma hora para outra a gente... Então assim, que ele venha, mas vamos trazer para a região isso aí. Agora DER, ICMBio e que as câmaras técnicas do IBRAM transfiram, façam suas reuniões, se a gente possa participar, e que esses recursos das compensações venham para a região.

Nathália Almeida (2:35:46)

Obrigada pelas contribuições. Eu destaquei aqui alguns pontos importantes. Primeiramente, em relação ao ICMBio, o que estava sendo colocado inicialmente pela senhora Maria Goretti era a questão da audiência pública, de fato, ainda não temos a manifestação do ICMBio no processo. É um caso emblemático. Assim, é o clássico, autorização para licenciamento ambiental, né? Que nós sabemos que é o procedimento que é adequado para uma situação com Estudo de Impacto Ambiental e em nenhum momento o Licenciamento Distrital, que é o que a gente realiza aqui, ele vai avançar sem de fato as contribuições, mas isso ainda não aconteceu, certo? Nós estamos ainda em análise. É uma análise que corre em paralelo. Então, enquanto nós estamos fazendo aqui, nossas análises na esfera distrital, ela se complementa. Em relação à participação, seja do DER ou de outros órgãos, eu gostaria só de frisar que nós estamos hoje aqui reunidos para, sob a diretriz de uma legislação que ela é ambiental e ela, e os procedimentos que são realizados para que ela aconteça, eles acontecem assim, tocados, né, no Brasília Ambiental. Então nós organizamos, dentro do licenciamento, o momento para fazer a audiência, e essa é uma audiência que ela serve para apresentar o estudo ambiental, e sempre que possível, nós colocamos mais de um ente governamental para participar, porque nós sabemos que os questionamentos eles às

vezes extrapolam a matéria ambiental e isso ficou muito claro aqui na noite de hoje, né? Então, no entanto, nem sempre isso é possível. E em relação especificamente ao DER, eu até não sei se seria uma contribuição que nos traria algo no sentido de pensar saídas, porque ele é um órgão executor, né? Ele apenas executa e ele não, não é o responsável pelo planejamento dessa região e, enfim, do DF como um todo, a parte de mobilidade, está muito concentrada na SEDUH, na Secretaria de Mobilidade e Transporte. Então, vários dos apontamentos dos senhores aqui nesta noite reflete planejamento, é sobre planejamento. Então, não sei se DER assim, a minha opinião, conseguiria responder aos questionamentos que foram colocados aqui, mas eu tenho certeza que SEDUH, eventualmente, a Secretaria de Mobilidade poderia. Então, fica a sugestão para que a gente sempre faça o convite a SEDUH a participar de uma audiência como essa. Nós faremos esse encaminhamento. Eu agradeço a sugestão. E a compensação ambiental, que foi o último ponto, eu estou destacando sempre falas novas, trazendo assuntos que ainda não foram abordados, a compensação foi um deles que apareceu agora. De fato, a primeira, a prioridade para se aplicar o recurso de compensação ambiental é a comunidade afetada, a unidade de conservação que está ali mais próxima. Então essa é a diretriz que o nosso plano traz para a aplicação do recurso. Então, certamente isso vai ser levado em consideração quando, se, se o empreendimento acontecer, se tudo isso acontecer, porque isso não é um, aqui nós não estamos falando de uma situação ainda fática e consolidada, não é? Se ele acontece, em caso de acontecer, a aplicação do recurso, ela já é recomendada que seja na região. Então, isso já é uma diretriz. E o Brasília Ambiental tem se preocupado bastante, através da sua Câmara de Compensação Ambiental e Florestal, a ser bastante dedicado a essa premissa, inclusive, isso é a primeira, uma das primeiras diretrizes que nós temos da aplicação do recurso na comunidade afetada. Então, é importante frisar isso. Eu agradeço a contribuição para poder passar essas informações aqui nessa audiência. Então, vamos dando segmento. Apareceu uma outra lista pessoal com mais três participantes, então vamos avançar. (f) (...) Vamos deixar para o final, se você não se importar, tá Maria Goretti? Por favor, só pra gente manter aqui a ordem... Seu Cláudio de Paula Souza. Ele vai falar sobre compensação ambiental e tem três minutos de fala. (...) Ah, ok.

Senhor Claudio de Paula Souza (2:40:42)

Bom, boa noite a todos. Na verdade, eu vou até ser rápido, breve. Acho que foi abordado toda essa parte de compensação ambiental. É, o senhor Guilherme, né? Romina, também, corroboro com as palavras de vocês, um engenheiro ambiental, o Carlos Antônio aqui, que falou também a respeito dos impactos que tem São Sebastião, Morro da Cruz, Jardim Botânico, todas essas regiões. E uma das coisas que eu quero colocar é a seguinte, que não só esse empreendimento, mas a gente tem aqui na região, eu moro aqui no Tororó, sou um cara muito, vim para cá para morar aqui, não vim para investir e o que a gente está vendo é uma questão de, isso aqui parece que virou uma mina de ouro para consultoras, para investidores, para trazer, na verdade, esse progresso que, não é, só que de uma maneira assustadora, não é? Vamos dizer assim. E que os condomínios, que se você olhar GEOPORTAL do GDF, a quantidade de que aparece de DIUPes lá de condomínios novos que vão surgir aqui na região, é algo assustador. Então, essa questão de déficit habitacional, os próprios condomínios já estão tratando disso. Então, estão surgindo novas áreas, novos condomínios aqui. Então, nós não precisamos de uma cidade igual Águas Claras aqui. Então é assustador ver um projeto deste tamanho, avançado do jeito que ele está, uma Licença Prévia já em andamento aqui, sem ter esse estudo do impacto do trânsito, do impacto realmente ambiental, que é um impacto que vai sim, os condomínios vão ter esse impacto ambiental também. Então, eu acho que foi muito bem abordado por várias pessoas aqui. Eu acho que isso aqui tem que dar uma freada, não pode avançar sem que seja feito um detalhamento maior. E o impacto que estes condomínios que estão nascendo aqui vai ter na região e essa cidade é que ela é inviável, para a região. Ela é inviável. Ok?

Nathália Almeida (2:42:59)

Obrigada, senhor Cláudio. Eu gostaria de destacar da fala do senhor a questão do impacto do trânsito e queria saber da equipe, seja da TERRACAP ou do Consórcio, se puder esclarecer alguma informação relativa a RIT, Relatório de Impacto de Trânsito, se é aplicável ao caso, como, como que é, se tá, se não tá, posso passar para você, Albatênio? Por favor. (f) (...) Pessoal, só para antes de passar assim a palavra, não temos assim conhecimento do procedimento específico lá do planejamento urbanístico, que é lá na

SEDUH, se tem uma audiência, mas eu acho que não há não haveria nenhum óbice de provocar o Secretário e as equipes da SEDUH, pra poder ter um momento parecido como esse, mais voltado para urbanismo, mobilidade, tá? Fica aqui minha sugestão.

Albatênio Granja (2:43:57)

Boa noite. Nós estamos no processo de, implantação de um parcelamento de solo ele é muito longo, complexo, demorado. Então, assim, nós estamos no primeiro passo, certo? Assim, a gente, o nosso sistema determina isso, ou seja, nós elaboramos primeiro um estudo ambiental, esse que nós apresentamos aqui para a população. Nós temos uma longa jornada ainda. Nós temos ainda toda a parte do licenciamento urbanístico, tá certo? Nós estamos elaborando sim, um estudo de tráfico da região, fizemos do empreendimento, estamos elaborando da região e isso será analisado pelo DER sim, no momento certo. O que nós fazemos assim, o que vocês citaram o tempo todo de empreendimento da TERRACAP, da TERRACAP. Não é um empreendimento da TERRACAP, empreendimento do Governo do Distrito Federal, certo? A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, ela fez um estudo da região, elaborou diretrizes urbanísticas para toda essa região, classificando como um vetor de crescimento. Depois, ela fez um novo estudo, com uma nova diretriz urbanística específica para essa área que nós estamos tratando e passou para a TERRACAP desenvolver esses estudos. É isso que nós estamos fazendo. Aproveitando aqui a deixar mais pro final, foi bastante citado aqui Nathália, sobre questão de divulgação da, dessa audiência, tá certo? O IBRAM tem uma parte de divulgação e o empreendedor tem uma parte, tem outra parte, certo? Nós seguimos uma legislação que trata sobre isso, mas nós procuramos fazer muito mais, tá certo? Divulgar muito mais. Nós precisaríamos só divulgar, publicar uma vez no jornal de grande circulação e em rede social, nós publicamos nas últimas 5 semanas, certo? Em jornal publica... fizemos questão de chamar mais atenção nesta publicação. Muitas vezes é um extrato rápido que as pessoas não percebem, incluímos o croqui da área, certo, desse projeto. Então, nós fizemos todo o esforço. Está em todas as redes sociais da TERRACAP, matérias de jornal, Agência Brasília, sites da empresa. Nós a fizemos o possível para divulgar ao máximo essa audiência.

Nathália Almeida (2:46:39)

Obrigado, Albatênio. Então, pessoal, como foi dito, a gente está aqui ainda por fazer alguns estudos, como o impacto do trânsito que o Albatênio bem colocou. E reforço a questão do, da divulgação nas nossas, nos nossos veículos, nas nossas redes aí, site, redes sociais, que até extrapolam o que é o rigor da norma. Então, a gente lamenta se não tenha chegado a tempo. Não tenha sido tempestiva aí a divulgação, mas tenham uma certeza que é um esforço e que certamente seguiu todo o rito legal e se vocês tiverem mais sugestões de outras formas que nós possamos alcançar mais pessoas, por favor, não deixem de sugerir, nós estamos sempre abertos aí para esse processo. (f)(...) Não tem. Não temos esse, esse, essa, essa, não temos hoje esse, digamos assim, esse rito, mas fica a sugestão, e aí a gente ficaria ali conversando e pensando de que maneira que a gente poderia aprimorar o processo. Então, eu até peço para que o senhor faça o encaminhamento dessa sugestão formalmente para nós, por e-mail, tá, ou enfim, ou algum outro dos nossos canais de atendimento. E obrigada. Então, temos aqui escrito o senhor Luís Câmara. Ele tem várias manifestações sobre projeto, presença do estado e tem três minutos para fala.

Senhor Luiz Câmara (2:48:17)

Oi. Bom, deixa eu me apresentar antes de mais nada. Eu cheguei em Brasília em 84, 83, 84, e estou morando aqui há uns três anos, mais ou menos. Sou jornalista. E me causou bastante espanto o que eu vi aqui, né, em termos de proposta. É, eu acho que, tipo assim, copiando o Sérgio Portela numa palestra que falou para o público que depois que o aluno dele orientando apresentou o terceiro trabalho, o terceiro mesmo trabalho, ele falou assim, agora eu vou ler, ou seja, os anteriores era para ele fazer melhor. Eu acho que esse projeto de vocês, ele está fadado, tipo assim, a trazer um caos para cá enorme porque alguns dados são até importante vocês saberem, nós temos três linhas de ônibus aqui por dia. Uma que é que leva para a Rodoviária, passa só três vezes por dia. O circular é o que passa de uma em uma hora e ele leva as pessoas para dentro do São Sebastião, de lá as pessoas têm que pegar um outro ônibus para a Rodoviária. Se elas forem para Taguatinga, para Ceilândia, elas pegam um terceiro ônibus. Então, quer

dizer, eu tenho familiares que fazem isso e, tipo assim, às vezes são quase uma hora e meia, duas horas de trânsito. Não vou entrar no aspecto da mobilidade de quem tem carro porque é impressionante o imaginar que viriam mais de 90 pessoas para cá, entendeu, 90.000 pessoas para cá com o sistema que a gente tem que já está falido. Vocês vieram para cá, vocês saíram do Plano hoje, viram o que custou a chegar aqui. E para sair daqui de manhã, a mesma coisa. Então, quer dizer, não vou também entrar na linha da questão do esgoto. O importante é a gente ter em mente, que tipo assim, a chance dessa cidade cair aqui no meio da nossa, da nossa comunidade, ou no meio do Tororó, que não compreende só o Tororó, nem só os três condomínios, são quase vinte condomínios que tem aqui. Se vocês forem aqui para o lado da BR-251, vocês têm o São Francisco 1, São Francisco 2 e tudo mais, entendeu? Tem também a comunidade do Barreiro, que é uma comunidade mista residencial e rural. Tem a comunidade do Betânia, todo mundo usa dessa, desse meio, desse meio ambiente, aqui que eu digo, o meio ambiente eu não estou preocupado só com a questão de proteção ambiental, mas meio ambiente a gente diz também mobilidade e uma série de outras coisas, não é? Então, o que acontece, eu acho que está tudo está, está o problema sério. Isso daí é um problema sério, é uma bomba que vai acontecer aqui, do jeito que foi apresentado. Mas infelizmente, eu sou muito cético, não é, e meus anos todos com organismo público, né, vendo o estado atuar, tipo assim, a apresentação que fala que vai ter os aparelhos públicos. Nunca o aparelho público chega antes. Depois que o caos está, está criado e depois que a gente está vivendo um verdadeiro inferno, aí começa a aparecer os, as coisas públicas. Aqui no Tororó, eu sou diretor comunitário do CONSEG também. Aqui no Tororó, a gente briga há anos por uma, por um posto de polícia, por uma delegacia de polícia, por um corpo de bombeiro, por uma unidade de saúde decente e não tem, ou seja, esse condomínio, esse, essa cidade vai ser entregue aos especuladores imobiliários em dois tempos, vão vender tudo, vão encher o bolso de dinheiro e vão ser 90.000 pessoas, que junto com a gente, vão ficar esperando os aparelhos públicos chegarem quando o GDF achar que tem que colocar. E aí o que acontece, como é um projeto do GDF, é lógico que todas as empresas do GDF, CAESB, CEB, todo mundo na hora que você bota lá, dá para fazer ETE? Dá. Dá para fazer a iluminação elétrica? Dá, claro que dá. O GDF quer, vai dar. Mas quem vai pagar o pato somos nós. Essa que é a realidade. Porque eu nunca vi no Brasil, em nenhum lugar, o estado se antecipar e criar infraestrutura para trazer 90.000 pessoas, 10.000 pessoas, 5.000 pessoas, 40.000 pessoas. Eu nunca vi. Sempre chega depois. Depois que o caos está instalado é que chega. Então, da minha, a minha opinião é que isso daí tá furadíssimo. Só isso que eu tenho para falar.

Nathália Almeida (2:52:57)

Obrigada, obrigada, senhor Luiz. Eu vou passar a palavra, antes de passar a palavra para o próximo inscrito, eu vou ler uma das perguntas que chegou por escrito para nós. Porque a gente acabou dando prioridade aqui para aqueles que já estavam aqui, mas é porque ele chegou antes dessa última lista de inscritos, então vamos lá. O seu Leon, através do e-mail, ele nos mandou aqui o seguinte, a seguinte contribuição, vou ler aqui. “Quem mora aqui mudou porque gosta do verde, pelo menos a maioria, até onde eu sei. Quais são os dispositivos legais que existem para real controle e observação, para não haver abusos contra o meio ambiente?” Eu vou responder pouco a pouco. Seu Leon, o próprio licenciamento ambiental é pra isso, para a gente perseguir o fiel cumprimento das normas hoje vigentes e não só o cumprimento das normas, tentar construir, eventualmente, pontes para ter o melhor projeto possível. Então, de fato, é o licenciamento ambiental. Dois. “Somos há muito tempo uma região parcialmente marginalizada, para não dizer pior. O trânsito daqui para o plano, e vice-versa, é péssimo. Quais são as certezas que podem ser dadas que haverão investimentos em transporte público para cá, com esse investimento?” Uma pergunta um tanto quanto inusitada do ponto de vista, não é, quais são as certezas para o investimento de transporte público? De fato é complicado a gente falar sobre isso, porque não é uma pasta que a gente domine, mas eu gostaria de saber da TERRACAP, se podem contribuir, trazendo alguma informação sobre, se tem a algo já previsto nas diretrizes, se lá nas diretrizes que foram estabelecidas fala alguma coisa sobre mobilidade e transporte, alguns ajustes, melhorias, investimentos? Se o GDF já tem isso em algum lugar?

Marcella Furtado (2:55:11)

Marcella, de novo, né, da TERRACAP. Os estudos de trânsito estão sendo feitos junto com o DER e com a SEMOB. Então, a gente já teve reuniões, assim, é um estudo em andamento também, ainda não tenho uma conclusão, e a SEMOB também está fazendo os estudos de transporte de massa, transporte público, para aumentar o corredor, para aumentar a disponibilização de transporte, porque hoje realmente ela, aqui é muito pouco atendido, mas é um estudo que ainda está em andamento. Então, a gente não tem ainda os dados assim para poder trazer para vocês, mas a gente está o tempo todo em contato com o DER, também com DER, e a SEMOB.

Nathália Almeida (2:55:50)

Obrigada. Número 3. “Aumentar a quantidade de pessoas, aumenta o consumo de energia, carros, pessoas, crimes. Aqui falta polícia, falta saúde pública, além do postinho, falta escolas públicas. Quais são os investimentos serão feitos nessa direção?” Eu acho que a resposta para essa, pra essa pergunta tem muito a ver com o que já foi dito na pergunta anterior, mas pelo que foi apresentado do projeto, tem algumas diretrizes do ponto de vista de destinar equipamentos públicos, lotes né, que a gente fala equipamento, que são lotes públicos voltados para essas infraestruturas que serão necessárias no futuro, como para saúde, para segurança pública. Número 4. “Eu, por experiência própria, eu ousou dizer, de outros moradores também, não queremos Águas Claras, pelo menos não como ela está hoje. Sei muito bem que era para haver um controle na altura dos prédios de Águas Claras, o que não ocorreu. Visto os arranha-céus que águas claras tem hoje. Qual é a certeza que teremos que isso não vai ocorrer?” É uma pergunta que está voltada estritamente para a questão do gabarito, né? Se puder contribuir com a gente para esclarecer esse ponto. Nati, o microfone aqui. Porque, de fato, as novas de gabarito, elas precisam ser perseguidas, seguidas. Foi uma diretriz do IPHAN, salvo engano, não é?

Paulo Cavalcanti (2:57:18)

É, a gente lembra daquela faixa que a gente mencionou de 500 m, determinada pelo IPHAN. Naquela faixa, a gente não pode subir o gabarito, não em função de densidade, mas em função de uma norma do IPHAN no sentido de preservar o perfil de visualização do Plano Piloto. Suiu daquela faixa, o projeto ele é normalizado não só pelo gabarito, mas por uma norma, que é o coeficiente de utilização. Então, como que funciona? Cada terreno pode construir duas vezes a sua área em área de construção. Se o terreno tiver 50, por exemplo, tá? Se o terreno tiver 50% de taxa de ocupação, na média 50%, 2 dividido por ponto 5, ele pode construir 4 pavimentos. Se ele tiver 40% de taxa de ocupação, ele pode construir 6 pavimentos. Esse número 2 é que regula esse gabarito segundo as nossas normas da LUOS, que é a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal. Isso é uma lei. Então, essa lei determina que, para essa área, segundo a diretriz, o coeficiente é 2. Vamos comparar, qual o coeficiente de Águas Claras? É 5? É 7? Então, enquanto Águas Claras é 5, 7, o Tororó é 2. Então, o Tororó, segundo a LUOS, que não pretende ser revogada, o gabarito é bem mais baixo, bem mais baixo.

Nathália Almeida (2: 59:07)

Obrigada.

Paulo Cavalcanti (2: 59:08)

Não sei se deu para entender.

Nathália Almeida (2: 59:09)

Não, ficou claro. Ficou sim. Bom, pessoal, são agora vinte e duas e quarenta. Eu vou pedir para que vocês verifiquem o relógio. A gente tentou realmente fazer o máximo de percorrer, não é, maior diversidade de assuntos possíveis. E nós temos ainda 3 inscritos. Nós temos aqui o senhor Giliardi, o senhor Lamberto, senhor Murilo. Dado o adiantado da hora, eu, nós vamos estender por mais 20 minutos

a nossa audiência e infelizmente nós não vamos conseguir fazer a réplica para aqueles que solicitaram no início, dado o tempo. No entanto, nós receberemos toda e, todas as contribuições dos senhores que forem feitas através dos nossos canais. Como eu falei anteriormente, serão incorporação aí à nossa ATA, e que vai ser divulgado aí em até 30 dias. Então, eu peço encarecidamente que nós sejamos aqui rigorosos com esse andamento final, para que nós possamos garantir a participação de todos aqueles que nos solicitaram fazer uso da palavra e peço desculpas, enfim, se não pudermos dar mais tempo de fala, mas a ideia é que que nós possamos percorrer o maior número de assuntos possíveis e, no tempo que temos, e com maior número de participantes, tá bom? Então vou chamar aqui o senhor Giliardi. Ele é líder comunitário rural. Ele tem várias manifestações, como ele colocou aqui, e tem 5 minutos de fala.

Senhor Giliardi Bento (3:00:33)

Boa noite a todos. Eu sou o único representante aqui da área rural, pelo que eu vejo, sempre nós estamos esquecidos, mas...

Nathália Almeida (3:00:41)

Alguém é representante do rural e não se manifestou? Só para se apresentar. Não. Acho que é só o senhor.

Senhor Giliardi Bento (3:00:47)

Pois é, a gente vê ali no estudo que foi feito, diz que vai ter lá um espaço que gera emprego. Mas nunca pensam em colocar uma feira, não é, para o pequeno produtor, agricultor familiar, para dentro de uma cidade nova como essa. Como a gente sofre para ir para São Sebastião ou até para Ceasa, que é, daqui lá dá mais de 50 km, para poder levar nossos produtos. E uma cidade aqui ao lado, nossa, daqui, daqui, da minha comunidade aqui de Aguilharda, dá o quê? 15, 20 km para gente poder ter ali um espaço para a gente poder comercializar nossos produtos. E eu não vejo, sempre que eu participo de alguma audiências só fala da cidade, cidade, cidade, área rural sempre é esquecida. E outra questão é a saúde e a educação. Lá no empreendimento, no estudo, fala que vai ter uma universidade. Está previsto lá, mas nós precisamos de escolas para criança, para jovens e para adolescente, até pro idoso. Mas uma faculdade, pode vim também. E um hospital. Hospital está querendo uma luta para construir um em São Sebastião, está uma luta. E vai todo mundo para São Sebastião porque não tem Unidade Básica de Saúde. Eu sou conselheiro de saúde e é uma luta para gente conseguir espaços públicos dentro de São Sebastião, para construção de UBS, né? Que é aonde vai prevenir. Quando você chega na Unidade Básica de Saúde, são coisas de ir pro hospital. Se você é atendido na sua equipe médica, você não precisa ir para o hospital, porque o hospital é para você já chegar lá, já na, com a sua saúde bastante debilitada. Então, eu não vi ali que tipo de escola, a não ser uma faculdade. Só que São Sebastião não aguenta nem a região aqui toda para estudar que vai para lá, aqui mais próximo tem uma escola aqui do lado aqui que é a do Barreiros, que não suporta a região. E muito menos a saúde. As UBS de São Sebastião está todas saturadas e construir uma cidade com 90.000 pessoas, e eu não vi ali nenhuma Unidade Básica de Saúde e um hospital. Sendo que o de São Sebastião, será se esse sai primeiro do que outro São Sebastião? Então assim, é como os colegas colocou aqui, falta algumas coisas a ser colocado ali que vai nos ajudar a nos beneficiar, porque aí não está beneficiando a comunidade no geral aqui da região, São Sebastião, e Jardim Botânico e Tororó. Está, como nosso colega colocou, está beneficiando as empreiteiras, que vai ganhar milhões de dinheiro com a construção dessa nova cidade. Então, os impactos é grandes aqui na região, com essa cidade sendo traga para cá sem consultar a região. Está vindo aí, o estudo falou que veio da SEDUH, mas de onde a SEDUH tirou que a gente quer uma cidade aqui do lado, se não consultou a gente? Então, é minha contribuição, é isso daí, tá?

Nathália Almeida (3:03:33)

Está ótimo seu, seu Giliardi. Eu agradeço muito sua contribuição. Eu destaquei aqui a questão, que eu achei bastante nova aqui dentro dessa do debate que já aconteceu nessa noite, que foi a questão da feira, e até sugiro que a TERRACAP, nesse sentido, possa colocar algum encaminhamento no projeto, na hora

de apresentar esse projeto urbanístico, para recepcionar, dentro da possibilidade, a sugestão do seu Gilliard, mas também passo a palavra para mais esclarecimentos quanto aos equipamentos de educação.

Marcella Furtado (3:04:06)

Então, esta é a diferença, quando é feito um projeto regularizado, um projeto pensado e de acordo com as normas e com a legislação vigente. Porque a gente tem que colocar, tem que disponibilizar um percentual de lotes para equipamentos públicos. Então, é diferente de uma, por isso essas áreas de São Sebastião, que você tem dificuldade para conseguir uma UBS, um lugar para uma UBS, porque não foi pensado nisso antes. Então, quando a gente faz um projeto regular, essas áreas são obrigatórias. Então, assim, acho que, quando é registrado um parcelamento, o projeto, as áreas de equipamentos públicos são automaticamente transferidas para o DF, para o GDF, e eles que vão ver a demanda para que, aqui precisa de uma escola, aqui precisa de uma escola de ensino médio aqui, aqui precisa de uma UPA, aqui precisa de uma UBS, de um hospital, de uma feira, que também é um equipamento público. Então, as áreas já estão destinadas, acho que quase 10% dos lotes (f)(...) 9% são de equipamentos públicos, então na área de 700, é 700 ha, você tem 9% para equipamento público já previsto nesse projeto. Então, automaticamente isso vai para o GDF e aí a questão, aí a Administração do Jardim Botânico, vão fazer as, os pedidos para ver o que que é população está precisando, entendeu? Então, assim, não é a TERRACAP que vai destinar aqui para um hospital, aqui para um, público, no caso, aqui para uma para uma escola de ensino médio ou fundamental, ou creche. Mas isso vai vim de acordo com que a população vai precisar, mas os lotes já vão estar destinados para isso.

Nathália Almeida (3:05:59)

Perfeito. (f) (...) Obrigada. Vamos chamar aqui... (f) (...) Então, pessoal, vamos só manter aqui a ordem dos trabalhos. Vou chamar senhor Lamberto. Ele é do conselho fiscal do Santa Mônica, aí eu estou falando do condomínio, é o condomínio Santa Mônica? Então acho que aqui são três minutos de fala, mas se o senhor puder fazê-lo no tempo previsto, tá bom?

Senhor Lamberto Ricarte (3:06:31)

Ok. Boa noite. Entendendo que esse é um empreendimento estatal, não é, ou seja, a gente realmente não está falando de uma atividade de um empreendedor privado, eu gostaria de conhecer um pouco mais de como que o IBRAM está se estruturando. Eu coloquei na prévia da minha fala essa questão do saneamento básico, da questão do esgoto, mas eu vou estender um pouco mais, né, eu vou contar um pouquinho da história do Santa Mônica só para que haja um contexto na questão. O Santa Mônica foi o primeiro empreendimento licenciado nesta região, não é? Ele recebeu o primeiro uma Licença de Instalação. Depois uma licença, Licença Prévia, Licença de Instalação, depois uma Licença de Operação, se não me engano, em 2009, com início de ocupação em 2011. E essa licença venceu, expirou, não é? Em 2014. E desde então, há 10 anos, que a gente aguarda a renovação da licença, que é uma atividade do IBRAM. Então, esse empreendimento estatal como um todo, que eu acho que é até bastante interessante em vários aspectos que foram colocados aqui, porque traria equipamentos públicos para essa região, precisa que o estado no caso do, o Distrito Federal, em todos os seus órgãos, estejam preparados e capacitados para lidar com essa questão, desse desenvolvimento, de uma forma estruturada. E volta na questão do esgoto, do saneamento básico, para reforçar essa tese, para que as licenças sejam concedidas, o desenvolvimento do projeto precisa avançar muito, inclusive, porque essa questão do funcionamento de uma ETE, nós temos uma ETE dentro do residencial, começou a operar há poucos anos, 1 ou 2 anos no máximo. Durante 8 anos a ETE não operou e o esgoto era recolhido em caminhão pipa, caminhão de esgoto. A previsão é que é o efluente dessa ETE vá para o córrego Pau de Caixeta e depois Ribeirão Santana, logo adiante, mas são cursos de água de muito pequena capacidade para um empreendimento desse tamanho. Com certeza a dificuldade de implantação de uma ETE será muito maior. Esse esgoto vai ser levado para o Lago Paranoá, por exemplo? Então, a pergunta principal que eu deixo, é como é que o IBRAM está se estruturando para suportar esse processo longo, difícil, de licenciamento, de autorização, de fiscalização, principalmente na fase de operação, para um empreendimento muito maior do que o Santa Mônica, diante das dificuldades que a gente que está

vivenciando esse processo dentro do residencial, vê, não é? A gente está falando de um empreendedor privado, que era um consórcio, virou uma empresa única, que não sei exatamente se é uma dificuldade do próprio órgão ou da empresa, está há 10 anos aguardando uma renovação de licença ambiental, licença de operação. E há algumas teses, no sentido até, que eu acho meio absurda, de que não é necessário licença de operação contínua para um empreendimento como esse. Me parece estranho. Se você puder me ajudar a esclarecer esses temas, obrigado.

Nathália Almeida (3:09:50)

Obrigada, senhor Lamberto, pela contribuição. Eu gostaria de prestar esclarecimento sobre os pontos que o senhor traz. Antes de falar do IBRAM, gostaria de falar um pouquinho do Santa Mônica, se o senhor me permitir, claro que sim, não é, o senhor já trouxe, não é, essas informações e até para contextualizar um pouco melhor. O licenciamento de operação, como eu falei no início, ele pressupõe algumas situações do tipo do empreendimento estar, ter atingido, determinada, digamos assim, grau de cumprimento daquilo que diz respeito, principalmente, à infraestrutura. Então, o senhor sabe que lá nós temos algumas questões de infraestrutura ainda por vencer. Então, atingir o licenciamento de operação no Santa Mônica ainda não é possível devido a adequações da fase anterior que foram descobertas em um momento posterior. Então, dificuldades práticas, cuja engenharia aí está tentando encontrar soluções. Então, esse é o motivo principal, a gente pode depois conversar melhor sobre, mas é como eu disse anteriormente, a gente só vai avançar no licenciamento de operação quando a situação do empreendimento na etapa anterior, minimamente, estiver, sob o ponto de vista do risco ambiental, principalmente, estiver resolvida, estiver sanado, tá? Bom, e aí em relação a como o IBRAM está se preparando para isso, eu gostaria muito de ter uma resposta melhor qualificada para dar para o senhor. De fato, nós estamos, nós temos o único concurso que, que aconteceu a primeira chamada da turma foi em 2009, desde então, nós não tivemos mais reforço na nossa equipe. E faço um apelo a todos, se puderem nos ajudar, nesse clamor por, né, novos concursos, enfim. E nesse processo, o que que nós podemos fazer? Nós podemos utilizar do nosso banco de dados, porque nós colecionamos muitos dados ao longo desses anos, não é? Para nós utilizarmos esses bancos de dados que nós já temos acesso. Nós utilizarmos da nossa expertise e a nossa experiência, porque nós chegamos aqui muitos anos atrás, muito mais jovens e inexperientes e hoje nós já temos algum grau aí de uma bagagem, uma trajetória que nós percorremos aí ao longo dos anos, para fazer, compensar tudo isso, para compensar esse déficit de pessoal que nós temos, déficit de investimento, nós não temos investimento, e assim, digamos, de destaque no governo, nós ocupamos ali um pedacinho do orçamento bem pequeno, bem tímido, e a gente faz o que é possível. Infelizmente, assim, eu não tenho uma resposta tão, tão qualificada para dar para o senhor, mas eu agradeço a contribuição e, eu acho que foi oportuno para poder trazer esses esclarecimentos para, não só para o senhor, mas para toda comunidade.

Senhor Lamberto Ricarte (3:12:42)

Eu, me solidarizando com a situação do IBRAM, que eu entendo e conheço, fico muito preocupado, numa análise de risco, o órgão do GDF que vai empreender é a NOVACAP, TERRACAP, mas o órgão que fiscaliza é incapaz por uma questão pragmática, não, de recursos, de fiscalizar...

Nathália Almeida (3:13:04)

Perfeito. Daquilo que... Eu entendi a colocação e do que, o que nos compete, o que está a nosso alcance fazer numa situação como essa, de fato, é um tipo de empreendimento que para nós, a gente olha com muita atenção. O parcelamento do solo no Distrito Federal ele é assim, é uma, é um, é um tipo de um segmento emblemático, histórico. Assim nós temos nessa equipe específica. Nós temos duas equipes dedicadas a olhar o uso e ocupação do solo hoje. É a nossa equipe mais, de pessoas mais experientes, mais qualificadas. Porque é complexo, não é? Nós temos, a gente faz algumas divisões temáticas, para a questão de organização, aquilo que é regularização, aquilo que são novos empreendimentos. E sim, nós olhamos esse tipo de empreendimento, esse tipo de situação, com um cuidado que a questão merece. E isso nos leva, muitas vezes, a demorar na análise. Então, isso acaba sendo o peso, a contrapartida que a gente tem. Olha, diante de uma situação tão complexa, a gente acabou tendo mais tempo, tendo que se

dedicar, tendo que fazer, assim, o cobertor é curto, então a gente tenta alocar os nossos recursos disponíveis, materiais e humanos realmente para as atividades que a gente acha que são de maior relevância, maior impacto. Então, a gente tem uma atenção muito especial com esse segmento. E eu agradeço a sua colocação. E por fim, nós vamos chamar aqui o senhor Murilo. Ele não colocou assim se representa alguma instituição e nem o tema da sua manifestação, mas tem aí três minutos para fazer uso da palavra.

Senhor Murilo Bueno (3:14:46)

A pergunta é simples, sou condômino, não é, cidadão aqui do... Com relação ao tema mobilidade, que foi bastante falado, o Consórcio e a TERRACAP, em algum momento, eles aventaram colocar nesse projeto aí transporte ferroviário? Eu digo assim, parece um sonho, não é, mas aqui nós estamos no corredor, não é, um corredor que começa no Valparaíso, vai até lá na no Paranoá. Se Deus quiser, vai sair esse trem Brasília/Luziânia. Parece que já está na VALEC o projeto. Nós estamos aqui, eu acho que se eu não me engano, não chega a 15 km, na estação de ferro aqui. Assim, a gente sabe que pode construir ponte, viaduto, está previsto, acho mais dois viadutos aqui para a região. Cem mil... (f) (...) Então assim, é jogar, é paliativo na verdade, não é, o rodoviarismo ele saturou. E eu acho que a gente tem que encarar isso de frente. Eu acho que está aí o Rio de Janeiro já tem o seu VLT. Eu acho que Fortaleza também já tem. João Pessoa, se eu não me engano. E o Brasil está, assim, a gente não pode sair mais dos trilhos, não é, entendeu? E eu queria, se não tiver, não é, nada, se não foi pensado isso, eu gostaria de ouvir deles, se poderia articular com a SEMOB, não é, Secretária de Transportes, com os órgãos que detém esse trecho aqui, que é a Marinha, o IBGE, e poderia colocar, tornar esse projeto mais robusto, de forma a ter um modal ferroviário para a gente começar a respirar essa questão aí que ninguém vai, aguenta. Vai melhorar um pouquinho, né, com esse viaduto agora. Dois anos, três, não sei.

Nathália Almeida (3:16:47)

Perfeito. Eu, senhor Murilo, eu agradeço a contribuição. Em relação à questão ferroviária, eu acho que o senhor quis dizer, na verdade, outros modais, não é? Tipo metrô, VLT, enfim, outras alternativas, né? (f) Tá. Ok. Outros modais de maneira geral, não é? TERRACAP, tem algo a acrescentar nesse sentido, que pudesse agregar a nossa audiência, de informação, ou conhecimento que vocês já têm lá que, tratativas que estão no governo?

Marcella Furtado (3:17:20)

O que eu reitero é a questão que a gente está em contato com a SEMOB, com DER. E que a SEMOB está fazendo esse estudo de transporte de massa, mas a gente não tem ainda...

Nathália Almeida (3:17:29)

Qual modalidade? E como que seria?

Marcella Furtado (3:17:30)

Qual modalidade. Nada apresentado. Mas está sendo feito, sim.

Nathália Almeida (3:17:35)

Na verdade, enquanto encaminhamento, nessa audiência, ele fica registrado todas as, essas provocações e sugestões, elas serão devidamente encaminhadas aos respectivos órgãos que cuidam, da pasta, cuidam daquele assunto. E, então, pessoal, são vinte e três horas, nós estamos encerrando a nossa audiência. (f) (...) Por favor.

Senhora Maria Goretti Pinto (3:18:07)

Bom, então eu vou ler aqui, como combinado, a definição da Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado, não é, que são 3 km a partir da Zona Núcleo, que inclui aí a Estação Ecológica do Jardim Botânico e a Reserva Ecológica do IBGE. Então, 3 km, de, aí. A zona tampão: tem como objetivo garantir a integridade das zonas núcleo, que são então essas reservas, não é, por meio do ordenamento do desenvolvimento social do seu entorno, compatibilizando o uso e a ocupação do solo com a conservação da natureza. Então, por isso eu questiono...

Nathália Almeida (3:18:55)

De fato, a gente não observa assim alguma restrição específica, algum parâmetro a ser perseguido, um percentual ou uma faixa de que deva ter algum tipo de restrição. Então, como a gente falou anteriormente, né, ela está dentro daquilo que já está estabelecido nas unidades de conservação cujo os planos de manejo nós já que temos hoje elaborados, mas eu agradeço a contribuição e de fato a gente percebe é que os, que os instrumentos, estão convergindo com os mesmos objetivos, não teria algo diferenciado, não é, a partir da Reserva da Biosfera. Então, pessoal, novamente, vinte e três horas, eu gostaria de agradecer a todos que participaram, sobretudo aqueles que ficaram até o final. Agradeço muito a participação. Foi a audiência de muitas contribuições, de muitos apontamentos, de diferentes origens e pontos de vista. Todos eles são registrados, como eu falei. Para aqueles que estão nos acompanhando através do nosso canal no YouTube, eu agradeço também terem acompanhado a nossa transmissão até essa hora. Ressalto que os nossos canais de atendimento continuam abertos, enfim, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Mas especificamente para essa audiência, nos próximos 10 dias, nós vamos recepcionar as contribuições por escrito e faremos o registro devido na ATA completa dessa audiência, que será publicada aí até 30 dias, a contar da data de hoje. Em meu nome, em nome da Superintendência de Licenciamento, em nome do Brasília Ambiental, eu agradeço. Saúdo a todos os presentes, desejando uma boa noite, um bom descanso, bom retorno para casa. E até a próxima, pessoal, obrigada mesmo. Boa noite.